

Relatório de Desempenho Setorial 2016

abril/2017

Sumário

Resultados e Indicadores Estratégicos de Governo	6
Eixo Ceará Saudável.....	7
1. Tema Saneamento Básico.....	7
1.1. Resultado Estratégico de Governo População mais saudável.....	7
1.1.1. Indicador População urbana com acesso a água adequada.....	7
1.1.2. Indicador População urbana com acesso a esgotamento sanitário adequado.....	10
Eixo Ceará Acolhedor.....	13
2. Tema Habitação	13
2.1. Resultado Estratégico de Governo Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense.....	13
2.1.1. Indicador Déficit habitacional.....	13
Eixo Ceará Sustentável	15
3. Tema Meio Ambiente	15
3.1. Resultado Estratégico de Governo Meio ambiente protegido com utilização racional dos recursos naturais.....	15
3.1.1. Indicador População do CE com destinação final adequada dos resíduos sólidos	15
Resultados Estratégicos Setoriais e Indicadores Temáticos.....	17
Eixo Ceará Saudável.....	17
1. Tema Saneamento Básico.....	18
1.1. Resultado Setorial Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	18
1.1.1. Indicador População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada.....	18
1.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	21
1.1.3. Indicador População rural atendida com abastecimento de água.....	23
1.1.4. Indicador População rural atendida com esgotamento sanitário	25
1.1.5. Indicador Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	27
Eixo Ceará Acolhedor.....	29
2. Tema Habitação	30
2.1. Resultado Setorial Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos.....	30
2.1.1. Indicador Famílias beneficiadas com habitação de interesse social	30
Eixo Ceará Sustentável	32
3. Tema Meio Ambiente	33
3.1. Resultado Setorial Recursos ambientais com uso racional e sustentável.....	33
3.1.1. Indicador Área de risco eliminada	33

3.1.2. Indicador Área revitalizada.....	35
3.1.3. Indicador População da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos.....	36
3.1.4. Indicador População do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos ..	38
Eixo Ceará de Oportunidades.....	40
4. Tema Requalificação Urbana.....	42
4.1. Resultado Setorial Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população.....	42
4.1.1. Indicador Área urbana requalificada.....	42
5. Tema Infraestrutura e Mobilidade.....	44
5.1. Resultado Setorial Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável.....	44
5.1.1. Indicador Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual.....	44
5.1.2. Indicador Número de vítimas fatais por 10.000 veículos.....	45
5.1.3. Indicador Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF.....	46
5.1.4. Indicador Intervenção em vias urbanas.....	47
Contribuição dos Produtos para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais e Resultados Estratégicos de Governo.....	49
1. Programa Infraestrutura e Logística (010).....	52
1.1. Iniciativa 010.1.17 - Implantação de infraestrutura viária urbana - Produto 1332 - Via implantada (km).....	52
1.2. Iniciativa 010.1.18 - Melhoria de infraestrutura viária urbana - Produto 1333 - Via restaurada (km).....	53
1.3. Iniciativa 010.1.19 - Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe – Produto 1361 - Via pavimentada (km).....	55
2. Programa Mobilidade Urbana (019).....	57
2.1. Iniciativa 019.1.04- Expansão da oferta de serviço de transporte ferroviário de passageiro – Linha Parangaba-Mucuripe – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade).....	58
2.2. Iniciativa 19.1.06 - Manutenção da oferta de serviços de transporte metroferroviário – Produto 1317 - Linha de trem operada (unidade).....	58
2.3. Iniciativa 19.1.07 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Cariri – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade).....	59
2.4. Iniciativa 19.1.08 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Norte – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade).....	60
2.5. Iniciativa 019.1.10 - Integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros – Produto 1469 - Passageiro de transporte público beneficiado (unidade).....	60
3. Programa Fortalecimento Institucional dos Municípios (021).....	61
3.1. Iniciativa 021.1.03 – Promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 425 – Plano elaborado (unidade).....	62
3.2. Iniciativa 021.1.05 – Promoção do planejamento regional nos municípios do Cariri e dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 425 Plano elaborado.....	63

3.3.	Iniciativa 021.1.06 – Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 409 – Pessoa capacitada (unidade).....	64
3.4.	Iniciativa 021.1.08 – Melhoria do processo de formalização de empresas nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 360 – Município beneficiado (unidade)	65
3.5.	Iniciativa 021.1.09 – Apoio à formulação das políticas de desenvolvimento urbano – Produto 133 – Conferência realizada (unidade).....	66
3.6.	Iniciativa 021.1.11 – Apoio ao controle social de políticas de desenvolvimento urbano e de integração regional – Produto 137 – Conselho mantido (unidade)	66
3.7.	Iniciativa 021.1.13 – Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 475 – Projeto elaborado.....	67
3.8.	Iniciativa 021.1.15 – Promoção da melhoria da capacidade de gestão municipal – Produto 425 – Plano elaborado (unidade)	68
3.9.	Iniciativa 021.1.16 – Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos – Produto 475 – Projeto elaborado (unidade)	68
4.	Programa Habitação de Interesse Social (022).....	70
4.1.	Iniciativa 022.1.01 – Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade).....	71
4.2.	Iniciativa 022.1.02 – Oferta de moradia de interesse social – Rio Maranguapinho – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade).....	72
4.3.	Iniciativa 022.1.04 – Oferta de moradia de interesse social – Dendê – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade)	72
4.4.	Iniciativa 022.1.05 – Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais na área urbana – Produto 1119 – Unidade habitacional reformada (unidade)	73
4.5.	Iniciativa 022.1.06 – Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais – Dendê – Produto 1119 – Unidade habitacional reformada (unidade)	74
4.6.	Iniciativa 022.1.07 – Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais do meio rural – Produto 1334 – Fogão sustentável instalado (unidade).....	74
4.7.	Iniciativa 022.1.08 – Execução das ações de regularização fundiária urbana – Produto 1335 – Título entregue (unidade).....	75
4.8.	Iniciativa 022.1.11 – Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade).....	75
5.	Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025)	77
5.1.	Iniciativa 025.1.01 – Implantação do serviço de abastecimento de água – Produto 537 – Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	78
5.2.	Iniciativa 025.1.02– Melhoria do serviço de abastecimento de água – Produto 538 – Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	78
5.3.	Iniciativa 025.1.03 – Ampliação do serviço de abastecimento de água – Produto 1073 – Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade).....	79
5.4.	Iniciativa 025.1.05 – Apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento – Produto 425 – Plano elaborado (unidade)	80
5.5.	Iniciativa 025.1.06 – Implantação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 542 – Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade).....	81

5.6.	Iniciativa 025.1.07 – Ampliação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 1074 – Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)	81
5.7.	Iniciativa 025.1.08 – Melhoria do serviço de esgotamento sanitário – Produto 543 – Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade).....	82
5.8.	Iniciativa 025.1.09 – Promoção de ações socioambientais de educação e saúde – Produto 407 – Pessoa beneficiada (unidade).....	82
5.9.	Iniciativa 025.1.10 – Manejo de águas pluviais – Produto 1081 – Drenagem implantada (unidade).....	83
5.10.	Iniciativa 025.1.12 – Otimização de sistemas de esgotamento sanitário – Produto 324 – Ligação domiciliar de esgoto realizada (unidade)	84
6.	Programa Revitalização de Áreas Degradadas (027).....	85
6.1.	Iniciativa 027.1.01 – Urbanização das margens do Rio Maranguapinho – Produto 45 – Área urbanizada (unidade).....	86
6.2.	Iniciativa 027.1.02 – Urbanização das margens do Rio Cocó – Produto 45 – Área urbanizada (unidade).....	87
6.3.	Iniciativa 027.1.03 – Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê – Produto 45 - Área urbanizada (unidade)	87
6.4.	Iniciativa 027.1.04 – Demarcação da área de proteção ambiental e recuperação da mata ciliar do Rio Maranguapinho – Produto 1458 – Área demarcada (unidade)	88
6.5.	Iniciativa 027.1.05 – Acesso às famílias a educação e saúde nos Projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê – Produto 1337 – Equipamento social construído (unidade)	88
6.6.	Iniciativa 027.1.06 – Construção de reservatórios para controle de cheias do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó – Produto 72 – Barragem construída	89
6.7.	Iniciativa 027.1.07 – Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó – Produto 175 – Dragagem executada (km).....	89
6.8.	Iniciativa 027.1.08 – Urbanização das margens de recursos hídricos – Produto 45 – Área urbanizada (unidade).....	90
7.	Programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no meio rural (032)	91
7.1.	Iniciativa 032.1.02 – Implantação do serviço de abastecimento de água – Produto 537 – Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	92
7.2.	Iniciativa 032.1.03 – Ampliação do serviço de abastecimento de água – Produto 1335 – Sistema de abastecimento de água expandido (unidade).....	93
7.3.	Iniciativa 032.1.04 – Melhoria do serviço de abastecimento de água – Produto 538 – Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	93
7.4.	Iniciativa 032.1.05 – Implementação de solução domiciliar de esgotamento sanitário – Produto 305 – Kit sanitário implantado (unidade).....	94
7.5.	Iniciativa 032.1.07 – Implantação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 542 – Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade).....	95
8.	Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040).....	96
8.1.	Iniciativa 040.1.01 – Ampliação da oferta de estruturas públicas administrativas – Produto 177 – Edificação pública administrativa construída (unidade)	97

8.2.	Iniciativa 040.1.02 – Promoção de melhorias nas estruturas públicas administrativas – Produto 1356 – Edificação pública administrativa estruturada (unidade).....	98
8.3.	Iniciativa 040.1.03 – Ampliação da oferta de estruturas públicas – Produto 1357 – Equipamento público construído (unidade).....	99
8.4.	Iniciativa 040.1.04 – Promoção da melhoria nas estruturas públicas – Produto 1358 – Equipamento público estruturado (unidade).....	100
8.5.	Iniciativa 040.1.05 – Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social – Produto 1359 – Espaço público construído (unidade)	100
8.6.	Iniciativa 040.1.06 – Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social – Produto 1360 – Espaço público estruturado (unidade)	101
8.7.	Iniciativa 040.1.07 – Reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe – Produto 1360 – Espaço público estruturado (unidade)	102
9.	Programa Resíduos Sólidos (064)	104
9.1.	Iniciativa 064.1.02 – Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios – Produto 360 – Município beneficiado.....	104
9.2.	Iniciativa 064.1.05 – Promoção de ações de destinação final adequada de resíduos sólidos– Produto 1422 – Central de tratamento construída (unidade)	105

Apresentação

A proposta de governo 7 Cearás – pactuada junto a sociedade cearense para o período 2015-2018, integra 7 eixos de articulação que compõem o Plano Plurianual 2016-2019, conforme estabelece a Lei Estadual Nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015:

- 1 -Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- 2 -Ceará Acolhedor
- 3 - Ceará de Oportunidades
- 4 - Ceará Sustentável
- 5 - Ceará do Conhecimento
- 6 - Ceará Saudável e
- 7 - Ceará Pacífico

A Setorial Secretaria das Cidades está inserida em 5eixos de articulação dos Cearás Saudável, Acolhedor, Sustentável, de Oportunidades e da Gestão Democrática por Resultados.

No Eixo Ceará Saudável, a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Saneamento Básico no Resultado Estratégico de Governo População mais Saudável e acompanha os Indicadores Estratégicos de Governo População urbana com acesso a água adequada e População urbana com acesso a esgotamento sanitário adequado.

Ainda no tema Saneamento Básico, em nível setorial, é responsável pelo Resultado Saneamento básico expandido e garantido com qualidade. Nesse resultado, acompanha a evolução de 5 (cinco) indicadores temáticos População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água Tratada; População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário; Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado; População rural atendida com abastecimento de água e População rural atendida com esgotamento sanitário.

No Eixo Ceará Acolhedor, a Secretaria está relacionada ao tema Habitação, no Resultado Estratégico de Governo Inclusão Social e Direitos Humanos assegurados

para a população cearense priorizando os segmentos vulneráveis e acompanha o Resultado Estratégico de Governo Déficit Habitacional.

Nesse mesmo tema, em nível Setorial, é responsável pelo Resultado Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos, cuja evolução é acompanhada por meio de 1 (um) indicador temático relacionado a Famílias beneficiadas com habitação de interesse social.

No Eixo Ceará Sustentável, a Secretaria está relacionada ao tema Meio Ambiente, no Resultado Estratégico de Governo Meio Ambiente protegido com utilização racional dos recursos naturais. É responsável pelo acompanhamento do Indicador Estratégico de Governo População do CE com destinação final adequada dos resíduos.

Nesse mesmo tema, em nível setorial, é responsável pelo resultado Recursos ambientais com uso racional e sustentável, acompanhado por meio de 4 (quatro) Indicadores temáticos: Área de risco eliminada; Área revitalizada; População da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos e População do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos.

No Eixo Ceará de Oportunidades, a Secretaria está relacionada ao tema Requalificação Urbana, no Resultado Estratégico Setorial Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população. Acompanha a evolução de 1 (um) indicador temático: Área urbana requalificada.

Ainda nesse eixo, a Setorial Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Infraestrutura e Mobilidade, no Resultado Estratégico Setorial Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável e acompanha 4 (quatro) indicadores temáticos: Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público estadual; Número de vítimas fatais por 10.000 veículos; Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF e Intervenção em vias urbanas.

No Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados a Setorial Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Planejamento e Gestão, no Resultado Estratégico

Setorial Gestão Pública eficiente, efetiva, descentralizada e regionalizada, mediante iniciativas de planejamento executada por meio do órgão Secretaria das Cidades e de iniciativas de fortalecimento institucional dos municípios executadas por meio da entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECI).

No propósito melhorar o desempenho dos resultados Estratégicos de Governo e Temáticos Setoriais, a Secretaria das Cidades atuou em 2016 no papel de Órgão Executor de iniciativas-produtos do PPA 2016-2019 em 11 (onze) Programas de Governo:

Ord	Programa	Tema
1.	Infraestrutura e Logística (010)	Infraestrutura e Mobilidade
2.	Mobilidade Urbana (019)	Infraestrutura e Mobilidade
3.	Fortalecimento Institucional dos Municípios (021)	Planejamento e Gestão
4.	Habitação de Interesse Social (022)	Habitação
5.	Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025)	Saneamento Básico
6.	Revitalização de Áreas Degradadas (027)	Meio Ambiente
7.	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural (032)	Saneamento Básico
8.	Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040)	Requalificação Urbana
9.	Resíduos Sólidos (064)	Meio Ambiente
10.	Encargos Gerais do Estado (059)	Planejamento e Gestão
11.	Gestão e Manutenção da Secretaria das Cidades (500)	Planejamento e Gestão

A Secretaria das Cidades desempenhou, ainda, o papel de Gestora em 6 (seis) Programas de Governo do PPA: Mobilidade Urbana (019); Fortalecimento Institucional dos Municípios (021); Habitação de Interesse Social (022); Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025); Revitalização de Áreas Degradadas (027) e Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040).

Nesse sentido, no esforço de trabalho de monitorar o PPA 2016-2019, que inclui o acompanhamento dos resultados estratégicos de governo e resultados estratégicos setoriais abordados neste documento, a Secretaria das Cidades articulou em 2016 junto a 17 (dezessete) atores, sendo 8 (oito) áreas de negócio do órgão Secretaria das Cidades, 4 (quatro) entidades vinculadas e 5 (cinco) órgãos do poder executivo.

As 8 (oito) áreas de negócio do órgão Secretaria das Cidades são a Coordenadoria de Saneamento – Cosan; Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – Cdhis; Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central – UGP I; Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II; Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza – UGP RMF; Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb; Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – Codur; e Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE.

As 4 (quatro) entidades vinculadas ao órgão Secretaria das Cidades são a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece; o Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECI); a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR; e o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-CE.

Os outros 5 (cinco) órgãos do Poder Executivo são a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra); a Secretaria do Meio Ambiente (Sema); o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE); e a Companhia de Habitação do Ceará – Em Liquidação (Cohab- Em liquidação).

A Secretaria das Cidades também subsidiou as Gestoras de Programas Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) e Secretaria do Meio Ambiente (Sema) com informações sobre a execução de iniciativas-produtos do PPA por meio dos Programas 032 – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no meio rural; 010 – Infraestrutura e Logística; e 064 – Resíduos Sólidos.

Por fim, registra-se que embora esteja vinculado à Secretaria das Cidades, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE) executou de forma independente do órgão Secretaria das Cidades os recursos do Programa 037 – Gestão e

Disciplinamento do Trânsito, motivo pelo qual não se encontra neste relatório. No entanto, a prestação de contas do referido programa é realizada por aquele Departamento diretamente aos órgãos de controle interno e externo.

Resultados e Indicadores Estratégicos de Governo

Eixo	Tema	Resultado Estratégico	Indicadores Estratégicos	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará Saudável	Saneamento Básico	População mais saudável	População urbana com acesso a água adequada (%)	Coordenadoria de Saneamento	-	-	87,6	88,6	81	80,98	81,88
Ceará Saudável	Saneamento Básico	População mais saudável	População urbana com acesso a esgotamento sanitário adequado (%)	Coordenadoria de Saneamento	-	-	33,64	32,92	32,15	32,74	33,17
Ceará Acolhedor	Habitação	Inclusão social e Direitos Humanos assegurados para a população cearense priorizando segmentos vulneráveis	Déficit habitacional (unidade)	Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social	298.728	246.584	248.296	255.250	283.102
Ceará Sustentável	Meio Ambiente	Meio ambiente protegido com utilização racional dos recursos naturais	População do CE com destinação adequada dos resíduos sólidos (%)	Coordenadoria de Saneamento	-	-	52,94	52,66	52,66	52,95	53,58

Fonte: Secretaria das Cidades. Mensagem Governamental 2017 (dados de 2012-2015 e parciais de 2016).

Habitação: dados da Fundação João Pinheiro, obtidos em 06/09/2016.

... informação desconhecida.

Eixo Ceará Saudável

1. Tema Saneamento Básico

1.1. Resultado Estratégico de Governo População mais saudável

1.1.1. Indicador População urbana com acesso a água adequada

O indicador “População urbana com acesso à água adequada” refere-se ao percentual da população do Estado com acesso à água tratada, considerando-se o Sistema de Abastecimento de Água, sendo representado pelo número de ligações ativas, ou seja, de ligações conectadas às redes de distribuição de água.

As fontes da informação são os referidos prestadores de serviço e o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS).

Este indicador é o mesmo índice de atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário gerado pelo SNIS.

Em áreas urbanas, os serviços de saneamento no tocante ao abastecimento de água no Estado são fornecidos por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 151 municípios; das Prefeituras Municipais em 8 municípios; e dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) em 25 municípios.

Vale ressaltar que em Sobral, na área urbana, há atuação tanto do município (na sede) quanto da Cagece (em distritos). No município de Maracanaú, a Companhia opera sem a concessão. No município de Ibaretama, há a concessão com a Cagece, no entanto a operação está sendo realizada pela Prefeitura.

Considerando que nem todas as informações das prefeituras municipais são enviadas à Secretaria das Cidades, os dados do indicador podem sofrer alteração após a consolidação.

Na ausência das informações de atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios cujos serviços não são operados pela Cagece, a Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Saneamento utiliza, alternativamente, as informações repassadas em anos anteriores.

Para melhorar o desempenho do indicador, estão sendo executadas obras na Região Metropolitana de Fortaleza, entre as quais se inclui a Ampliação do SAA do Taquarão, Obra emergencial da adutora de água tratada de Aquiraz, Ampliação do SAA de Capuan em Caucaia, Execução da adutora de água tratada para atender o Polo Fermoquímico de Saúde no Eusébio e Ampliação da ETA Oeste; Ampliação do sistema adutor da Região da Serra da Ibiapaba - Ramal Sul; Ampliação dos sistemas de abastecimento de Ibareta na Região do Sertão Central, Caridade na Região do Sertão de Canindé e Juazeiro do Norte, nos Bairros Aeroporto, Triângulo e São José na Região do Cariri e Execução das obras de ampliação de sistemas de abastecimento de água em diversas regiões no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC Estiagem.

Além dessas, a Cagece também vem executando obras em parceria com Prefeituras e Comunidades, incluindo a execução de 4.500 ligações em 99 parcerias distribuídas em todo o Estado, com destaque para Eusébio com 526 ligações, Maranguape 350 ligações e Itaitinga com 254 ligações.

No período 2013-2014 a queda no desempenho do indicador, de 88,60% para 81,00%, ocorreu em função da mudança na forma de cálculo do indicador e pelo crescimento da população em relação ao incremento de ligações ativas.

Para avanços significativos no indicador, são necessários vultosos investimentos, além daqueles necessários para acompanhar o crescimento vegetativo da população.

A dificuldade de captar recursos e a estiagem que o Estado do Ceará está sofrendo desde 2012 tem prejudicado as obras, dificultando a seleção de mananciais com as características técnicas adequadas.

O valor do indicador registrado em 2016, de 81,88%, pode ser considerado satisfatório ao apresentar uma taxa de crescimento superior aos anos anteriores, resultado de esforços despendidos no setor.

No período 2010-2016 a população urbana do Ceará com acesso a água tratada passou de 5.070.900 habitantes em 2010 para 5.507.184 habitantes em 2016, elevando o atendimento do serviço de 79,90% para 81,88%.

Neste mesmo período, o número de localidades atendidas pela Cagece passou de 262 em 149 municípios, para 306 em 151 municípios.

As obras que mais contribuíram para a evolução do indicador no período analisado (2010-2016) foram a Ampliação do SAA de Aracati, Melhorias operacionais no SAA de Pacatuba, Ampliação do SAA de Umari, Ampliação do SAA da RMF - Setor Messejana, Ampliação do SAA de Capistrano, Melhorias no SAA de Cascavel. Além dessas, também foram executadas Expansões de rede para atender o crescimento vegetativo e desenvolvidas Ações socioambientais visando à utilização da água com qualidade.

Dentre as iniciativas da Cagece para melhorar o desempenho do indicador estão a elaboração de projetos para o SAA de Juazeiro do Norte, Barbalha e Caucaia; Implantação de SAA em Trapiá, Pedra e Cal no município de Ibaretama e Implantação de SAA em Itapipoca.

No tocante aos obstáculos enfrentados pela Cagece para ampliar o Percentual da população urbana do Estado com acesso à água tratada destaca-se a dificuldade de captação e repasse de recursos para executar obras de implantação/ampliação dos serviços de abastecimento de água, e a estiagem que reduz a disponibilidade e a qualidade do fornecimento de água, aumentando o nível de insatisfação dos usuários.

Diante da crise hídrica que o Estado vem enfrentando nos últimos anos, algumas iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias como o reúso e a dessalinização da água do mar podem ser adotadas para ampliar as alternativas de produção de água cada vez mais necessária para garantir o abastecimento contínuo e possibilitar a ampliação do percentual da população com acesso à água tratada.

Outra solução que pode ser adotada para melhorar o desempenho do indicador é a modernização operacional, por meio da implantação de Centros de Controle Operacional que possibilitem uma maior qualidade no serviço prestado de abastecimento de água e, conseqüentemente, maior satisfação dos usuários do sistema.

1.1.2. Indicador População urbana com acesso a esgotamento sanitário adequado

O indicador “População urbana com acesso a esgotamento sanitário adequado” refere-se ao percentual da população do Estado com acesso a esgotamento sanitário adequado, considerando-se o Sistema de Esgotamento Sanitário.

As fontes da informação são os referidos prestadores de serviço e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Este indicador é o mesmo índice de atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário gerado pelo SNIS.

Em áreas urbanas, os serviços de saneamento no tocante ao esgotamento sanitário no Estado são fornecidos por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 74 municípios; das Prefeituras Municipais em 8 municípios; e dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) em 25 municípios. Nos demais municípios operados pela Cagece (77), não há esgotamento sanitário.

Vale ressaltar que em Sobral, na área urbana, há atuação tanto do município (na sede) quanto da Cagece (em distritos). No município de Maracanaú, a Companhia opera sem a concessão. No município de Ibaratama, há a concessão com a Cagece, no entanto a operação está sendo realizada pela Prefeitura.

Considerando que nem todas as informações das prefeituras municipais são enviadas à Secretaria das Cidades, os dados do indicador podem sofrer alteração após a consolidação.

Na ausência das informações de atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios cujos serviços não são operados pela Cagece, a Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Saneamento utiliza, alternativamente, as informações repassadas em anos anteriores.

O percentual da população com acesso a esgotamento sanitário em 2016 é considerado satisfatório em função da atual conjuntura de escassez de recursos orçamentários; da insuficiência de efluentes em decorrência da seca que ocasiona, entre outros, a

necessidade de direcionar os esforços de saneamento para a captação de água; e da falta de adesão da população ao serviço de coleta de esgoto.

Os principais motivos identificados para a não adesão da população às redes de esgotamento sanitário são a falta de valorização do tratamento do esgoto pela população em geral; a indisposição dos moradores/proprietários de danificar a residência com a execução da reforma necessária; a cultura de não pagar esgoto e a falta de capacidade de pagamento.

O Governo do Estado do Ceará publicou a Lei Complementar Nº162, em junho de 2016, que prevê a obrigatoriedade da ligação à rede de esgoto, a penalidade de multa pelo não cumprimento do normativo e a cobrança por disponibilidade de rede, ou seja, mesmo que o cidadão não se ligue a rede, poderá ser cobrado pelo prestador de serviço.

Para o público de baixa renda, como ação de combate à pobreza e de mitigação de danos ambientais, o Governo do Estado do Ceará lançou uma licitação prevendo a execução de 10.202 ligações intradomiciliares de esgotamento sanitário.

Paralelamente a isso, a Cagece atua continuamente na promoção de ações socioambientais que visam sensibilizar a população quanto à importância da ligação às redes de esgotamento sanitário.

Assim como a Secretaria das Cidades, em parceria com o Ministério Público, a Semace e a Cagece estão atuando em projetos que visam a informação e a sensibilização sobre os sistemas de esgotamento sanitário. A ação inclui envio de cartas, palestras e outras atividades complementares.

Portanto, a melhoria deste indicador depende da integração entre diversas esferas do poder público e da participação da população no processo, incluindo sua adesão aos serviços de esgotamento sanitário e a compreensão de sua importância por meio das ações socioambientais.

O valor do indicador, de 33,17% em 2016 está relacionado à execução de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Horizonte, Viçosa do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza e às campanhas realizadas pela Cagece para sensibilizar a

população acerca da importância da utilização do serviço de esgotamento sanitário.

As obras que mais contribuíram para a evolução do indicador no período analisado foram a Ampliação do sistema de esgotamento sanitário em trechos correspondentes às bacias do Rio Siqueira, afluente do Rio Maranguapinho, em Fortaleza, e as obras de Implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em Quixadá, Maranguape, Crateús e Aracati, realizadas no âmbito do Programa Sanear II (interior).

No período 2010-2016 a população urbana do Ceará com acesso a esgotamento sanitário adequado passou de 1.182.294 habitantes em 2010 para 1.895.838 habitantes em 2016, elevando os índices de atendimento do serviço de 30,04% para 33,17% nesse período. No que se refere a Cagece, o número de localidades atendidas passou de 79 para 87 em 74 municípios.

Entre os principais obstáculos/desafios enfrentados pela Cagece para ampliar o Percentual da população urbana do Estado com acesso a esgotamento sanitário está a dificuldade de captação e repasse de recursos e a baixa adesão aos serviços de esgotamento sanitário.

Entre as principais iniciativas da Cagece para melhorar o desempenho do indicador estão a elaboração de projeto para o SES de Juazeiro do Norte, Barbalha, Guaiúba, Maracanaú, Pacajus, Caucaia, Praias Oeste, Milagres, Mauriti, 1ª etapa de Cascavel e parte das bacias do Rio Siqueira, Miriú e Cocó; Implantação de SES no Residencial Blanchá Girão em Maracanaú; Implantação do SES das bacias CD-1, CD-2 e CD-3 e Ampliação do SES de Palmeira Comprida em Tianguá, Itaitinga, Viçosa do Ceará e Horizonte - 2a Etapa.

Uma solução que pode ser adotada para melhorar o desempenho do indicador é uma maior fiscalização por parte dos setores competentes (Cagece/Prefeitura) para identificação de lançamentos irregulares e aplicação de sanções.

Eixo Ceará Acolhedor

2. Tema Habitação

2.1. Resultado Estratégico de Governo Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense

2.1.1. Indicador Déficit habitacional

O indicador “Déficit Habitacional”, expresso em unidade, representa o total de famílias em condições de moradia consideradas inadequadas, tais como domicílios improvisados e domicílios rústicos (que compõem as habitações precárias), cômodo (parte do componente coabitação), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. A fonte de informação é o Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro.

É importante ressaltar que os programas e projetos de habitação popular são executados tanto pelo setor público como pela iniciativa privada, e que a base de cálculo do déficit habitacional não se restringe apenas às famílias de baixa renda.

Além disso, nos municípios pode haver iniciativas de produção de unidades habitacionais junto ao PMCMV contratadas diretamente junto às instituições financeiras autorizadas pelo Ministério das Cidades, cujas entregas impactam diretamente no enfrentamento do déficit, ressaltando-se que esses números não são contabilizados pelo Governo do Estado do Ceará, e sim pelo Governo Federal.

O Programa Habitacional do Governo do Estado do Ceará tem como público alvo as famílias de baixa renda e o volume de contratações mais expressivo está relacionado ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal, a cujas regras o Estado do Ceará está condicionado.

No caso do PMCMV, as contratações de unidades habitacionais são realizadas por meio das instituições financeiras CAIXA e Banco do Brasil, nas modalidades FAR e PNHR, bem como por instituições financeiras privadas habilitadas pelo Ministério das Cidades, na modalidade Sub50 (para municípios até 50 mil habitantes), ambas tendo o Estado do Ceará como interveniente. São utilizados recursos do Grupo Tesouro Estadual, da fonte Fecop, e recursos oriundos da linha de financiamento federal C-PAC, sendo esse último aplicado nas

infraestruturas dos empreendimentos habitacionais.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV tem sido o principal instrumento de política pública de habitação onde se dá a atuação do Governo do Ceará no enfrentamento do déficit.

Por meio do PMCMV o Estado tem relocado para residenciais dotados de infraestrutura, as famílias que ocupam de forma irregular áreas de preservação permanente e famílias cujas moradias se encontram em áreas de interesse público, para as quais estão programadas a execução de obras de infraestrutura e mobilidade. São ainda beneficiadas famílias oriundas de demanda de Entidades Organizadoras, proponentes de operações do PMCMV junto ao Agente Financeiro CAIXA, cujas famílias são cadastradas no CADÚNICO do Governo Federal.

Em 2016, a Fundação João Pinheiro publicou as pesquisas com as informações de déficit referentes aos anos de 2013 e 2014.

A redução do volume de contratação de unidades habitacionais por meio do PMCMV desde 2015, em função do contingenciamento de recursos do Governo Federal provocado pela crise econômica pela qual o país atravessa, impactou na entrega desse produto em 2016, e poderá impactar também nos anos seguintes.

No período 2010-2016 foram contratadas pelo Governo do Estado do Ceará um total de 46.802 unidades habitacionais em 154 municípios (28.236 da RMF – Região Grande Fortaleza e 18.566 do Interior), relacionados aos projetos/modalidades Operações Coletivas (1.642 unidades), Leilão Habitacional (1.734 unidades), Projeto Rio Maranguapinho (1.764 unidades), PMCMV 1- Sub50 (4.181 unidades), PMCMV 2- Sub50 (2.469 unidades), PMCMV – PNHR (2.404 unidades), PMCMV-PNHU/FAR com aporte (32.589 unidades), PCF (6 unidades) e Controle do Doença de Chagas (13).

Do total de unidades contratadas, 41.643 (88,98%) referem-se ao apoio do Estado do Ceará ao Programa Minha Casa Minha Vida, cujas unidades habitacionais estão distribuídas nas modalidades FAR (32.589), Sub50 (6.650) e PNHR (2.404) as quais representaram 69,63%, 14,21% e 5,14% das contratações nesse Programa, no período 2010-2016.

Eixo Ceará Sustentável

3. Tema Meio Ambiente

3.1. Resultado Estratégico de Governo Meio ambiente protegido com utilização racional dos recursos naturais

3.1.1. Indicador População do CE com destinação final adequada dos resíduos sólidos

O indicador “População CE com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana do Estado atendida por destinação adequada de resíduos sólidos. As fontes da informação são Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria das Cidades.

Cada indivíduo é um gerador de resíduos e, não havendo a destinação adequada desses resíduos o meio ambiente será afetado. Quanto menor a porcentagem de população que é atendida pela destinação final adequada dos resíduos sólidos, maior é o risco para o meio ambiente e a qualidade de vida dessa população.

O Estado tem envidado esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos. Nesse sentido estão programadas para entrega em 2018 a construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos e complementares que atenderão ao Consórcio Municipal para Destinação Final de Resíduos Sólidos - COMDERES e ao Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte - COMARES-UL, beneficiando aos municípios de Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Russas, Palhano, Potiretama, Iracema, Ererê, São João do Jaguaribe, Alto Santo e Quixeré.

Além disso, a Secretaria das Cidades e sua entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECI) desenvolveram projetos de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) que serão disponibilizados aos municípios.

Essas unidades contribuem para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, fomentando a

reciclagem, e atendendo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010) e da Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Nº 16.032/2016).

O percentual da população urbana do Ceará atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos em 2016, de 53,58%, considerado satisfatório com base na meta esperada para o ano, pode ser atribuído a destinação dos resíduos do município de Santana do Acaraú para o aterro de Sobral e a regularização da licença ambiental do aterro de Brejo Santo.

Em 2016, foram atendidos com esse serviço aproximadamente 3.603.830 habitantes em 12 municípios.

Resultados Estratégicos Setoriais e Indicadores Temáticos

Eixo Ceará Saudável

Eixo	Tema	Resultado Setorial	Indicador Setorial	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará Saudável	Saneamento Básico	Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento	93,26	93,4	95,44	91,61	91,63	94,06	97,51
Ceará Saudável	Saneamento Básico	Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento	35,08	34,62	36,71	36,19	36,19	39,88	40,94
Ceará Saudável	Saneamento Básico	Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	População rural atendida com abastecimento de água (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento
Ceará Saudável	Saneamento Básico	Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	População rural atendida com esgotamento sanitário (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento
Ceará Saudável	Saneamento Básico	Saneamento básico expandido e garantido com qualidade	Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento	2,17	2,72	13,59	18,48	20,11	28,81	29,35

Fonte: Secretaria das Cidades.

Eixo Ceará Saudável

1. Tema Saneamento Básico

1.1. Resultado Setorial Saneamento básico expandido e garantido com qualidade

1.1.1. Indicador População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada

O indicador “População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água.

Os serviços de saneamento em áreas urbanas no Ceará são fornecidos por meio dos prestadores do serviço, notadamente a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 151 municípios do Estado quanto ao abastecimento de água; as Prefeituras Municipais em 8 municípios; e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAEs) em 25 municípios.

A política de abastecimento de água e esgotamento sanitário é coordenada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar Nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (ARCE). No caso do município de Fortaleza, os serviços de regulação foram delegados à Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Entretanto, a referida legislação institui que enquanto os conselhos de regiões metropolitanas de Fortaleza, do Cariri e de Sobral, não definem a entidade responsável pela regulação e fiscalização regionais dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, esta será realizada pela ARCE, nos termos da Lei nº12.786, de 30 de dezembro de 1997, com uniformidade no exercício de suas atividades, inclusive de sua remuneração. O dispositivo não foi implementado até o presente momento.

O percentual da população urbana coberta com abastecimento de água, de 97,51% em 2016 é considerado satisfatório em relação ao programado e pode ser atribuído aos investimentos realizados pelo Governo e pela Cagece nos últimos anos.

Analisando-se somente os municípios atendidos pela Companhia, tem-se uma cobertura de 98,23% para 2016.

O Estado possui mais de 30 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em execução, distribuídos em 13 municípios, atendendo, em 2016, mais de 100.000 habitantes. Destacam-se entre os principais projetos de SAA em execução: Sistema de Abastecimento de água de Capuan no município de Caucaia, execução do sistema do Taquarão em Caucaia, ampliação da ETA Oeste, ampliação do sistema adutor da Região da Serra da Ibiapaba - Ramal Sul, ampliação do SAA de Caridade e de Juazeiro do Norte nos bairros Aeroporto, Triângulo e São José.

Um dos problemas no acompanhamento é a falta de repasse de informações pelas prefeituras municipais. Nesses casos, a Secretaria das Cidades utiliza, alternativamente, informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Estima-se que no período 2010-2016, a população urbana coberta com SAA tratada passou de 6.322.493 habitantes para 6.558.804 habitantes, elevando a cobertura do serviço de 93,26% para 97,51% nesse período, considerando inclusive o crescimento populacional dos municípios.

No que se refere à Cagece, o número de localidades atendidas no período passou de 262 em 149 municípios, para 306 localidades em 151 municípios.

Entre os principais obstáculos enfrentados pela Cagece para ampliar o Percentual da população urbana coberta com água tratada está a dificuldade de captação de recursos para elaboração de projetos e execução de obras e, em especial, no ano de 2016, o repasse de recursos.

As principais iniciativas da Cagece para melhorar o desempenho do indicador são a elaboração de projetos para o SAA de Juazeiro do Norte, Barbalha e Caucaia; Implantação de SAA em Trapiá, Pedra e Cal no município de Ibaretama e Implantação de SAA em Itapipoca.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2010-2016 podem ser atribuídas à necessidade de um grande volume de recursos

para investimentos em abastecimento de água, tendo em vista manter o crescimento vegetativo da população, acompanhar o crescimento das cidades, e continuar a perseguir a universalização do serviço.

1.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário

O indicador “População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016. Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (ARCE).

Os serviços de saneamento em áreas urbanas no Ceará são realizados por meio dos prestadores do serviço, notadamente a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 74 municípios quanto ao esgotamento sanitário; as Prefeituras Municipais em 8 municípios; e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) em 25 municípios.

A Cagece atende a 87 localidades com o serviço, beneficiando aproximadamente 2.297.175 habitantes.

O percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário de 40,94% em 2016 é considerado satisfatório em relação ao programado, devido aos investimentos realizados.

O Estado possui mais de 35 projetos de esgotamento sanitário em execução, que contemplam implantação, ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário.

A Cagece contribui para esse incremento com a conclusão da obra de execução do sistema de esgotamento sanitário do Residencial Aldemir Martins, no Sítio Ancuri, no município de Fortaleza.

A Secretaria das Cidades, no Crato, construiu um sistema de esgotamento sanitário na Avenida do Seminário visando atender 12.500 habitantes.

Um dos problemas no acompanhamento do indicador é a falta de repasse de informações pelas prefeituras municipais. Nesses casos, a Secretaria das Cidades utiliza, alternativamente, informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Estima-se que no período 2010-2016, a população urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário passou de 1.380.655 habitantes para 2.753.437 habitantes, elevando a cobertura do serviço de 35,08% para 40,17% nesse período. Tratando-se especificamente da Cagece, observa-se que o percentual da coberta com sistemas de esgotamento sanitário elevou-se de 37,23%, em 2010, para 40,51%, em 2016.

Os principais destaques da Cagece para o crescimento do indicador no período de 2010 a 2016 devem-se às obras de implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e do Programa Sanear II na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado.

No município do Crato destaca-se a obra da Secretaria das Cidades, por meio do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, que realizou a implantação de 16km de redes de esgoto, ligações intradomiciliares para contribuir com os índices de atendimento e a construção de uma Estação de Tratamento de Esgotos com a capacidade de atender a 4.500 famílias.

Entre os principais obstáculos enfrentados pela Cagece para ampliar o Percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário está a dificuldade de captação de recursos para elaboração de projetos e execução de obras, em especial, no ano de 2016.

Entre as principais iniciativas da Cagece para melhorar o desempenho do indicador estão a elaboração de projeto para o SES de Juazeiro do Norte, Barbalha, Guaiúba, Maracanaú, Pacajus, Caucaia, Praias Oeste, Milagres, Mauriti, 1ª etapa de Cascavel e parte das bacias do Rio Siqueira, Miriú e Cocó; a Implantação de SES no Residencial Blanchá Girão, em Maracanaú; a Implantação do SES das bacias CD-1, CD-2 e CD-3 e a Ampliação do SES de Palmeira Comprida em Tianguá, Itaitinga, Viçosa do Ceará e Horizonte - 2a Etapa.

1.1.3. Indicador População rural atendida com abastecimento de água

O indicador “População rural atendida com abastecimento de água” refere-se ao percentual da população rural atendida com soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

A política de saneamento rural é coordenada pela Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Saneamento (Cosan) conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

Os sistemas de abastecimento de água são mantidos por prestadores do serviço de saneamento, notadamente Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), Associações Comunitárias e o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).

O estabelecimento de um indicador para a população atendida é dificultado pela dispersão das informações, abrangência territorial e falta de informatização. Visando solucionar esse problema e aumentar a confiabilidade dos dados, o Governo do Estado do Ceará aderiu ao Sistema de Informação em Água e Saneamento Rural (SIASAR). Com isso, o Ceará torna-se o pioneiro no país na utilização do sistema. A partir da adesão e implantação do sistema, a gestão de saneamento poderá contar com uma ferramenta eficaz para diagnósticos essenciais ao planejamento e priorização de ações, permitindo, sobretudo, a continuidade e efetividade dos investimentos realizados.

O desenvolvimento do SIASAR inclui uma etapa de diagnóstico que está sendo capitaneado pela Secretaria das Cidades e pela Cagece e possui o apoio de outros órgãos como as prefeituras municipais, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Após a conclusão do diagnóstico, será possível elaborar um indicador com significativo índice de confiabilidade.

Atualmente, o Governo do Estado do Ceará mantém apoio ao SISAR através da Gerência de Saneamento Rural da Cagece, o que possibilita o controle de atendimento do referido sistema de gestão. Contudo, para os demais gestores do saneamento rural, ainda não é possível obter informações, o que prejudica a elaboração do indicador para o corrente ano.

No caso do rural, soluções de abastecimento de água e esgotamento sanitário individuais

são consideradas adequadas pela legislação vigente. O Estado possui diversas iniciativas para proporcionar acesso à água de forma adequada às populações rurais, como os Programas Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da Iniciativa SISAR.

Em 2016, foram atendidos com esse serviço aproximadamente 932.318 habitantes. Em 2017, prevê-se o planejamento de um novo programa, o Ceará IV, que deve começar em 2018. Trata-se de um investimento de 50 milhões de euros, com 10 milhões de Euros de contrapartida, beneficiando mais de 200.000 pessoas.

As obras de saneamento rural são de caráter disperso, o que dificulta a logística. A falta de informatização é um dos desafios para o planejamento e gestão do setor. Estes fatores, somado a demanda de vultuosos recursos para alcançar-se a universalização, são os principais obstáculos enfrentados para ampliar o acesso à água para a população rural.

1.1.4. Indicador População rural atendida com esgotamento sanitário

O indicador “População rural atendida com esgotamento sanitário” refere-se ao percentual da população rural do Estado do Ceará beneficiada com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário para o tratamento de águas residuais.

A política de saneamento rural é coordenada pela Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Saneamento (Cosan), conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

O estabelecimento de um indicador para a população atendida é dificultado pela dispersão das informações, abrangência territorial e falta de informatização. Visando solucionar esse problema e aumentar a confiabilidade dos dados, o Governo do Estado do Ceará aderiu ao Sistema de Informação em Água e Saneamento Rural (SIASAR). Com isso, o Ceará torna-se o pioneiro no país na utilização do sistema. A partir da adesão e implantação do sistema, a gestão de saneamento poderá contar com uma ferramenta eficaz para diagnósticos essenciais ao planejamento e priorização de ações, permitindo, sobretudo, a continuidade e efetividade dos investimentos realizados.

Atualmente, o Governo do Estado do Ceará mantém apoio ao SISAR através da Gerência de Saneamento Rural da CAGECE, o que possibilita o controle de atendimento do referido sistema de gestão. Contudo, para os demais gestores do saneamento rural, ainda não é possível obter informações, o que prejudica a elaboração do indicador para o corrente ano.

As ações de saneamento rural no Ceará são caracterizadas principalmente por soluções individuais de esgotamento sanitário, como os conjuntos de fossas e sumidouros, sendo de responsabilidade do cidadão sua manutenção.

O Estado do Ceará tem diversos projetos para construção de melhorias sanitárias domiciliares para a destinação adequada de efluentes residuais, capitaneados pela SDA e a Secretaria das Cidades, como o Projeto São José, Ceará III e, futuramente, o Ceará IV, que se trata de um investimento de 50 milhões de euros, com 10 milhões de Euros de contrapartida, beneficiando mais de 200.000 pessoas.

Ainda é possível identificar na área rural do estado muitas fossas negras no estado que não foram desativadas, falta a consciência da população acerca da importância da destinação adequada dos efluentes residuais e os programas governamentais não abarcam a extensa abrangência do saneamento rural, cuja dinâmica é bastante diferente do saneamento urbano.

As obras de saneamento rural são de caráter disperso, o que dificulta a logística. A falta de informatização supracitada é um dos desafios para o planejamento e gestão do setor. Estes fatores, somado a demanda de vultuosos recursos para alcançar-se a universalização, são os principais obstáculos enfrentados para ampliar o acesso à água para a população rural.

1.1.5. Indicador Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado

O indicador “Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado” refere-se ao percentual dos municípios do Estado do Ceará com Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) elaborado.

As fontes de informação são a Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Saneamento (Cosan), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE).

A Secretaria das Cidades e a Cagece atuam como intervenientes, contribuindo no processo de elaboração dos planos municipais com as orientações técnicas necessárias.

No período 2010-2016 foram elaborados 54 PMSBs, dos quais 39 com o apoio do Governo do Estado do Ceará.

A legislação que fundamenta a obrigatoriedade de elaboração desses instrumentos está consubstanciada na Lei nº 11.445/2007 e na Lei Complementar nº 162/2016, e o prazo para que todos os municípios estejam regularizados é dezembro de 2017. O objetivo desses instrumentos é a exposição ordenada de ideias para a implantação gradual de serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

O percentual de 29,35% registrado para o indicador em 2016 é satisfatório. O município de Cascavel concluiu seu PMSB com o apoio técnico da Cagece. A ausência de financiamento para elaboração dos planos, por parte do Governo Federal, impediu a conclusão do PMSB de Quixeramobim.

A Cagece está auxiliando a elaboração dos PMSBs dos municípios de Aquiraz, Maracanaú, Orós, Pacajus, Pentecoste, Redenção, Tianguá e Ubajara. A Secretaria das Cidades tem atuado como interveniente técnica no PMSB de Quixeramobim. Além disso, possui um contrato em andamento tendo em vista a elaboração 14 PMSBs nos municípios de Aracati, Cariré, Coreaú, Forquilha, Icapuí, Irauçuba, Jaguaratama, Jaguaribe, Jaguaruana,

Massapê, Quixeré, Russas, Santana do Acaraú e Tabuleiro do Norte.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2010-2016 podem ser atribuídas à dificuldade de acesso a informações primárias, de profissionais capacitados nas prefeituras para colocar em andamento a elaboração dos PMSBs e da escassez de recursos especificamente para essa finalidade.

Resultados Estratégicos Setoriais e Indicadores Temáticos Eixo Ceará Acolhedor

Eixo	Tema	Resultado Setorial	Indicador Setorial	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará Acolhedor	Habitação	Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos	Famílias beneficiadas com habitação de interesse social (unidade)	SCIDADES / Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social	2.117	3.853	5.045	2.727	3.149	3.591	7.696

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

O valor de 2016 difere do registrado no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA) em função da contabilização de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cujas prestações de contas foram encaminhadas com atraso pela CAIXA e Banco do Brasil.

Eixo Ceará Acolhedor

2. Tema Habitação

2.1. Resultado Setorial Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos

2.1.1. Indicador Famílias beneficiadas com habitação de interesse social

O indicador “Famílias beneficiadas com habitação de interesse social” refere-se ao número de famílias de baixa renda que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais. A fonte de informação do indicador é a Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS), da Secretaria das Cidades.

Inclui as unidades habitacionais referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e na modalidade SUB50-Fase2, para atendimento aos municípios com população até 50 mil habitantes; e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

As 7.696 unidades entregues em 2016, consideradas insatisfatórias com base na meta programada, incluem os projetos apoiados financeiramente pelo Estado junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, nas modalidades FAR (7.010 unidades), PMCMV 2-SUB50 (158 unidades) e PNHR (518 unidades), e ainda PCF (10 unidades) no município de Farias Brito.

Embora tenha havido avanço das contratações no período 2012-2014, sinalizando inicialmente uma tendência de crescimento de entrega de unidades para os anos subsequentes, o contingenciamento de recursos da União em decorrência da atual conjuntura político-econômica pela qual atravessa o país, tem provocado atraso nos repasses de recursos federais para o início, execução e conclusão dos empreendimentos.

No período 2010-2016 foram beneficiadas pelo Governo do Estado do Ceará aproximadamente 117.930 pessoas (calcula-se o número aproximado de pessoas com base no IBGE – 4,12 pessoas por família) com um total de 28.624 unidades habitacionais entregues em 164 municípios, nos projetos/modalidades Operações Coletivas (3.234 unidades), Leilão Habitacional (1.621 unidades), FNHIS (79 unidades), Projeto Rio

Maranguapinho (3.237 unidades), PMCMV 1- Sub50 (3.996 unidades), PMCMV 2- Sub50 (1.884 unidades), PMCMV – PNHR (1.756 unidades), PMCMV-PNHU/FAR com aporte (11.542 unidades), Emergência/Defesa Civil (1.102 unidades), PCF Farias Brito (10 unidades), Execução Direta / Projeto IPPOO 2 (150 unidades), Controle de Doença de Chagas (13 unidades).

Do total de unidades entregues, 12.634 localizam-se na RMF/Grande Fortaleza e 15.990 no Interior do Estado.

O baixo desempenho na execução dos projetos e o tempo requerido na preparação e execução da estratégia de alavancar as contratações por meio de aporte financeiro junto ao PMCMV foram fatores que influenciaram negativamente o desempenho do indicador no período 2010-2016.

No projeto de melhoria urbana e ambiental Rio Maranguapinho, bem como nos Projetos Rio Cocó e Dendê, os entraves nos componentes de habitação desses três projetos decorreram da necessidade de realizar readequações em projetos, replanilhamento de parte dos serviços e da demora nas aprovações desses projetos e replanilhamentos junto à CAIXA.

Resultados Estratégicos Setoriais e Indicadores Temáticos Eixo Ceará Sustentável

Eixo	Tema	Resultado Setorial	Indicador Setorial	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará Sustentável	Meio Ambiente	Recursos ambientais com uso racional e sustentável	Área de risco eliminada (unidade)	SCIDADES / Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da RMF	-	8	9	-	0	0	2
Ceará Sustentável	Meio Ambiente	Recursos ambientais com uso racional e sustentável	Área de risco revitalizada (unidade)	SCIDADES / Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da RMF	-	-	1	0	0	0	0
Ceará Sustentável	Meio Ambiente	Recursos ambientais com uso racional e sustentável	Pop urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento	94,44	96,26	97,39	90,69	88,87	88,80	88,86
Ceará Sustentável	Meio Ambiente	Recursos ambientais com uso racional e sustentável	Pop urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	SCIDADES / Coordenadoria de Saneamento	6,43	6,88	6,11	6,15	6,31	6,70	8,02

Fonte: Secretaria das Cidades.

Eixo Ceará Sustentável

3. Tema Meio Ambiente

3.1. Resultado Setorial Recursos ambientais com uso racional e sustentável

3.1.1. Indicador Área de risco eliminada

O indicador “Área de risco eliminada” para o PPA 2016-2019 refere-se a um total de 18 (dezoito) áreas de risco situadas na área de intervenção dos projetos Rio Maranguapinho (8 áreas), Rio Cocó (9 áreas) e Dendê (1 área), programadas para o período do PPA 2016-2019, com o objetivo de retirar as famílias que as ocupam de forma irregular, prioritariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ou pelo pagamento de indenização, e a execução de trabalho social junto às famílias relocadas e remanescentes.

No período 2010-2016 foram eliminadas 19 (dezenove) áreas de risco, sendo 17 (dezessete) na área geográfica do Projeto Rio Maranguapinho nos anos de 2011 e 2012 (Capim São Miguel; Pantanal III/Genibaú; Alto do Bode/Beco do Cal; Do Cal-Autran Nunes; Nova Jerusalém; Dias Monteiro/Olaria/Vila Holanda; Favela Cuiabá; Porto Alegre; Donzelas; Goiânia; Chuí; Comunidade 8 de dezembro; Parque Jerusalém I; Favela Genilse; Alto Alegre; Parque Vitória; Parque Jerusalém II) e 2 (duas) na área de intervenção do Projeto Rio Cocó (Portelinha e Av. Paulino Rocha) no ano de 2016.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2010-2016 podem ser atribuídas a demora no processo de negociação dos valores das indenizações com as famílias referentes a desapropriação de imóveis (terrenos e benfeitorias), a demora na conclusão dos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Duas das três áreas programadas em 2016 puderam ser eliminadas. A não eliminação da área de risco da Baixada do Projeto Dendê deve-se a não conclusão das 600 unidades habitacionais do Residencial Dendê programadas para atender às famílias dessa área, em decorrência de fatores tais como a necessidade de readequação do projeto de abastecimento de água e esgoto, elaborado em conjunto com a Cagece; a demora do início de obra do sistema de abastecimento de água pela Cagece; a necessidade de

replanilhamento de parte dos serviços; e a demora na aprovação do referido replanilhamento pelo agente financeiro CAIXA.

Os principais desafios/obstáculos enfrentados para ampliar o número de Áreas de Risco eliminadas estão relacionados à dificuldade de convencer as famílias que ocupam as áreas de risco de migrar para os Residenciais ofertados, bem como a demora no processo de negociação (administrativa ou judicial) do valor referente à indenização. Além disso, a desocupação de áreas invadidas de forma recorrente.

Outro fator relacionado é o problema da ocupação de áreas por marginais e traficantes, que não apenas ameaçam a população local como põem em risco a segurança das equipes técnicas da Secretaria e das equipes técnicas das empresas contratadas para executar os serviços de demolições, as obras e serviços de engenharia, e as atividades do trabalho social.

As principais ações que a UGP RMF vem planejando/executando atualmente, para melhorar o desempenho desse indicador estão relacionadas ao trabalho de convencimento das famílias para que aceitem receber a unidade habitacional ofertada, e os contatos frequentes com a Casa Civil e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social comunicando as invasões para retirada imediata.

3.1.2. Indicador Área revitalizada

O indicador “Área revitalizada” refere-se no PPA 2016-2019 a 23(vinte e três) áreas, sendo 14(catorze) no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, 6(seis) no Projeto Rio Cocó e 3 (três) no Projeto Dendê, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Nessas áreas serão executadas obras de urbanização/preservação ambiental e retiradas as famílias que as ocupam de forma irregular, prioritariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ao pagamento de indenização e a realização do trabalho social.

As fontes de informação são os Relatórios dos Projetos na Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza (UGP RMF).

No período 2010-2016 foi revitalizada 1 (uma) área no Projeto Rio Maranguapinho - Margem Direita, referente as obras de recuperação de 1.400m e complementação de 300m do Trecho I – entre a Av. Mister Hull e Av. Fernandes Távora.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2010-2016 podem ser atribuídas à demora no processo de desocupação das áreas, através de reassentamento e/ou indenização junto às famílias, as chuvas que ocorrem no começo de cada ano, que atrasam os serviços de terraplenagem, e a incapacidade das construtoras de manter um ritmo satisfatório na execução das obras e serviços de engenharia.

A não revitalização de área em 2016, considerada insatisfatória com base na meta programada no PPA, deveu-se as chuvas no começo do ano, que atrapalharam os serviços de terraplenagem, prejudicando o andamento das obras; e a dificuldade das construtoras contratadas em manter o ritmo da obra, diante da conjuntura econômica atual.

As principais ações que vem sendo planejadas e/ou executadas atualmente para melhorar o desempenho desse indicador estão relacionadas a resolução dos tramites burocráticos nas aprovações dos projetos executivos junto aos órgãos competentes e na gestão junto às empresas responsáveis pela execução das obras a fim de que elas apresentem um desempenho satisfatório no cumprimento dos cronogramas.

3.1.3. Indicador População da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos

O indicador “População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana da RMF atendida por destinação adequada de resíduos sólidos, que segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº12.305/2010, inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, como os aterros sanitários e as Centrais de Tratamento de Resíduos.

Para o cálculo do indicador, as fontes de informação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria das Cidades.

A tendência de queda apresentada pelo indicador no período 2012-2015, notadamente a partir de 2014, é explicada pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que passou de 15 (quinze) municípios para 19 (dezenove) municípios. O aumento no número da população da RMF impactou no indicador porque parte da população urbana incluída nessa Região não era atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O percentual da população urbana da RMF atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos, de 88,86% em 2016 é considerado aceitável com base na meta programada, pois não estava prevista conclusão de Centrais de Tratamento de Resíduos para o corrente ano nessa Região, assim a melhoria do índice é representada pelo crescimento da população.

Estima-se que os aterros sanitários do estado atendam a 3.368.558 pessoas na Região Metropolitana de Fortaleza. O aterro sanitário de Caucaia atende à sede e à Fortaleza, o aterro sanitário de Aquiraz atende à sede e ao Eusébio e o aterro sanitário de Maracanaú à sede e à Maranguape.

Contudo a demanda de vultuosos recursos para construir às Centrais de Tratamento de Resíduos e encerrar os lixões com as ações de recuperação ambiental dificultam a melhoria do indicador de forma significativa. Além disso, a construção de

empreendimentos como os aterros sanitários gera diversos impactos que dificultam a escolha pelos consórcios.

O Governo do Estado tem adotado diversas medidas para implementar a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, atendendo à Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos e diminuindo a demanda sobre o aterro, possibilitando o aumento de sua vida útil. Prevê-se para isso a construção de Centrais Municipais de Reciclagem e a inclusão social de catadores. De maneira indireta, outras ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades contribuem para a melhoria do sistema de gestão de resíduos sólidos, repercutindo positivamente para a implantação da coleta seletiva.

3.1.4. Indicador População do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos

O indicador “População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana do interior (excetuando-se a RMF) atendida por aterro sanitário, seja ele construído ou operado por iniciativa municipal ou estadual.

O Estado tem envidado esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana por meio de duas ações principais: a construção de Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) e a elaboração de projetos de engenharia de CTRs/aterros sanitários que são entregues aos municípios para que estes entes executem as obras.

O aumento apresentado pelo indicador no período 2010-2016, notadamente a partir de 2014, é explicado pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), citado anteriormente, bem como as iniciativas de algumas gestões municipais no sentido de celebrar instrumentos com o objetivo de destinar seus resíduos sólidos para municípios que possuem equipamentos para essa finalidade, e que operam de forma adequada, ampliando o número da população urbana do interior atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos, que reflete no desempenho do indicador.

O percentual da população urbana do interior (CE exceto RMF) atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos de 8,02% em 2016 foi considerado satisfatório com base na meta programada. O principal incremento deste índice ocorrido em 2016 deveu-se ao fato de que o município de Santana do Acaraú começou a destinar seus resíduos ao aterro de Sobral e que o aterro sanitário de Brejo Santo passou a operar com licença ambiental, o que resultou na melhoria do indicador.

Estima-se que as estruturas existentes hoje no Estado do Ceará, atendam a 235.272 pessoas. As fontes de informação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria das Cidades.

Deve-se ressaltar, entretanto, que estão sendo realizadas ações para fomentar a coleta seletiva em todo o Estado. Além disso, a Secretaria das Cidades e o IDECI desenvolveram

projetos-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) que serão disponibilizados aos municípios. Estas unidades contribuem para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, fomentando a reciclagem e atendendo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305 de 2010) e da Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei Nº16.032/2016.

Serão construídas pela Secretaria das Cidades, durante o PPA 2016-2019, duas CTRs que beneficiarão os seguintes municípios: uma CTR em Sobral, que atenderá 14 municípios do Sertão de Sobral: Alcântaras, Cariré, Coreauá, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá e Sobral. E uma CTR em Limoeiro do Norte, que atenderá 11 municípios do Vale do Jaguaribe: Alto Santo, Ererê, Iracema, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Contudo a demanda de vultosos recursos para construir às Centrais de Tratamento de Resíduos e encerrar os lixões com as ações de recuperação ambiental dificultam a melhoria do indicador de forma significativa. Além disso, a construção de empreendimentos como os aterros sanitários gera diversos impactos que dificultam a escolha pelos consórcios.

Resultados Estratégicos Setoriais e Indicadores Temáticos

Eixo Ceará de Oportunidades

Eixo	Tema	Resultado Setorial	Indicador Setorial	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará de Oportunidades	Requalificação Urbana	Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população	Área urbana requalificada (m²)	SCIDADES / Coordenadoria de Obras Urbanas	110.509,26	224.733,92	240.554,14	88.608,50	53.449,82	16.738,06	38.191,48
				SCIDADES/UGP I - Cariri	-	-	26.949,00	38.663,61	56.592,00	70.700,00	144.700,00
				SCIDADES/UGP II – Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe	-	-	-	-	-	20.240,68	100.220,34
				TOTAL	110.509,26	224.733,92	267.503,14	127.272,11	110.678,74	107.678,74	283.111,82
Ceará de Oportunidades	Infraestrutura e Mobilidade	Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável	Incremento do número de passageiros transportados no sistema rodoviário intermunicipal de transporte público estadual (%)	DETRAN-CE	-	32,07	8,30	1,42	8,01	-0,84	2,00
Ceará de Oportunidades	Infraestrutura e Mobilidade	Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável	Número de vítimas fatais por 10.000 veículos (unidade)	DETRAN-CE	9,98	10,76	11,13	11,70	11,82	9,26	9,05

Eixo	Tema	Resultado Setorial	Indicador Setorial	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ceará de Oportunidades	Infraestrutura e Mobilidade	Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável	Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na matriz de transporte público da RMF (%)	METROFOR	1,20	0,80	0,70	0,70	1,49	1,58	1,93
Ceará de Oportunidades	Infraestrutura e Mobilidade	Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável	Intervenção em vias urbanas (km)	SCIDADES/ Coordenadoria de Obras Urbanas	249,00	91,47	100,47	88,08	78,29	69,33	47,18
				SCIDADES/UGP I - Cariri	-	-	0	2,31	12,56	4,29	5,40
				SCIDADES/UGP II – Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe	-	-	-	-	-	0,00	8,79*
				TOTAL	249,00	91,47	100,47	90,39	90,85	73,62	61,37

Fonte: Secretaria das Cidades, Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE).

*O valor difere do informado no monitoramento do PPA, uma vez que foi identificado e contabilizado um aditivo de obra não informado no período do monitoramento.

Eixo Ceará de Oportunidades

4. Tema Requalificação Urbana

4.1. Resultado Setorial Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população

4.1.1. Indicador Área urbana requalificada

O indicador “Área Urbana Requalificada” representa, em m², o somatório de áreas urbanas construídas e/ou reformadas no Estado, executadas por meio do Programa Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos e do Programa Infraestrutura e Logística.

As fontes de informação na Secretaria das Cidades são a Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb); a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II); e a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central (UGP I), cujo projeto encerrou em março/2017.

A extensão de área urbana requalificada em 2016 incluiu 283.111,82 m² que beneficiaram de forma direta comunidades de 20 municípios, com as seguintes tipologias de obras:

Tabela – Áreas Urbanas Requalificadas – Secretaria das Cidades – 2016

Tipo		Quantidade Obras	Quantidade Municípios	Total(m ²)
Praças Públicas e Parques Urbanos	Reforma	04	04	5.255,13
	Construção	10	08	30.506,73
	Subtotal	14	11*	35.761,86
Prédio Público	Reforma	02	02	1.698,40
	Construção	05	05	2.361,22
	Subtotal	07	07*	4.059,62
Outras obras urbanas	Diversas**	04	03	244.920,34
	Subtotal	04	03*	244.920,34
Total***		25	20	283.111,82

Fonte: Secretaria das Cidades – Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb), UGP I – Cariri Central e UGP II – Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

Notas:

*municípios beneficiados com mais de uma obra são contados uma única vez.

**Diversas - Readequação dos Passeios e Reestruturação da Pavimentação do Centro Histórico do Município de Sobral; Urbanização da Via de Acesso - CE-060 – Caririçu; Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário-Crato.

***não corresponde à soma da coluna.

O desempenho de 2016, considerado satisfatório com base nas informações de gerenciamento e acompanhamento da execução das obras, registrou como principais causas o acompanhamento contínuo da execução das obras pela gerenciadora, monitorada pela unidade gestora do projeto, não obstante os problemas de ordem econômica e financeira do Estado do Ceará, que implicaram em atrasos de desembolso de parcelas de recursos aos municípios, para a execução de obras urbanas.

No período 2010-2016 registrou-se um total de 1.231.487,73 m² de áreas urbanas no Estado, dos quais 772.785,18 m² (62,8%) oriundos principalmente de iniciativas municipais e 458.065,634 m² (37,2%) provenientes da execução de projetos de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento urbano de polos regionais.

5. Tema Infraestrutura e Mobilidade

5.1. Resultado Setorial Infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável

5.1.1. Indicador Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual

O indicador “Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público estadual” representa, em percentual, a variação do número de passageiros transportados no sistema intermunicipal do transporte público do Estado do Ceará, que inclui os serviços regulares por espécie – Regular Metropolitano, Regular Interurbano e Regular Complementar.

Os dados são enviados pelos órgãos e entidades que fazem parte do Sistema Intermunicipal do Transporte Rodoviário Estadual (STRIP).

Em 2015 foram transportados 91.458,488 passageiros e 92.265,701 em 2016, registrando, portanto, um aumento de 2,00% em relação ao ano anterior. O crescimento ocorreu em função do aumento no número de passageiros do Serviço Regular Complementar (Metropolitano e Interurbano).

Dos 92.265.701 passageiros beneficiados em 2016 com a oferta do serviço de transporte de passageiros intermunicipais, 48.930.564 passageiros foram transportados por meio do Serviço Regular Metropolitano (ônibus), 18.566.514 passageiros por meio do Serviço Regular Interurbano (ônibus) e 24.768.623 passageiros por meio do Serviço Regular Complementar Metropolitano e Interurbano (vans).

5.1.2. Indicador Número de vítimas fatais por 10.000 veículos

O indicador “Número de vítimas fatais por 10.000 veículos” representa, em unidades, a comparação do nº de óbitos para cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito no Ceará, em relação ao total da frota de veículos do Estado. Os dados são oriundos dos órgãos municipais, estaduais e federais que fazem parte do Sistema Nacional de Trânsito.

O número de vítimas fatais, registrado em 2016, foi de 9,05 a cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito, observando-se uma redução de 2,26% no número de vítimas fatais em relação a 2015. Isso foi possível, em razão das ações conjuntas, desenvolvidas pelos órgãos componentes dos sistemas de trânsito no Estado do Ceará.

O indicador no período 2012-2014 indicava uma tendência de crescimento, registrando ao final desse período o número de 11,82 vítimas fatais a cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito. No entanto, no período 2015-2016 o indicador registrou uma queda, passando a 9,26 vítimas em 2015 e 9,05 vítimas em 2016.

Os principais fatores relacionados à redução do número de vítimas fatais no trânsito, de 9,26 vítimas em 2015 para 9,05 vítimas em 2016 (média mensal jan-dez) podem ser atribuídos a intensificação das ações fiscalizatórias por meio de blitzes na capital e principais municípios do interior e de blitzes específicas em feriados prolongados, em convênio com suporte operacional da Polícia Rodoviária Estadual – PRE; aos investimentos em sinalização de trânsito nas rodovias estaduais com a implantação de sinalização e dispositivos de segurança viária; bem como aos investimentos em aquisição de veículos e instrumentos (etilômetros, cones etc.) para suporte operacional às blitzes fiscalizatórias.

As principais causas de óbitos que envolvem vítimas em acidentes de trânsito podem ser atribuídas ao aumento da frota de veículos; o aumento da frota de motocicletas; e o aumento do número de condutores habilitados.

Há também outros fatores que concorrem para o aumento nos índices de acidentes de trânsito, tais como as falhas humanas decorrentes da imprudência, da imperícia e da desatenção dos condutores de veículos; as condições inadequadas de conservação de trechos das vias públicas, tanto federais como estaduais; e a falta de manutenção nos sistemas principais de alguns veículos.

5.1.3. Indicador Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF

O indicador “Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF” representa a soma das entradas de passageiros pelas linhas de bloqueios devidamente registradas pelo transporte metroferroviário no sistema de transporte, bem como pela gestão do transporte rodoviário de passageiros, com abrangência geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

Inclui os modais ônibus, vans, metrô e VLT, considerando-se nesses dois últimos modais, as linhas Oeste (VLT) e Sul (metrô), ambas em operação na RMF.

A fonte dos dados provém do METROFOR, do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (DETRAN-CE) e da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR).

O percentual de 1,93% registrado em 2016, referente à participação de passageiros no transporte metroferroviário e rodoviário na matriz de transporte público da RMF relaciona-se às linhas urbanas e interurbanas em todo o estado. Tal índice foi considerado satisfatório diante da estrutura oferecida e da dificuldade de recursos no exercício de 2016.

No que se refere ao serviço metroferroviário de passageiros o METROFOR vem buscando oferecer na RMF melhor qualidade do serviço ofertado, a partir de aprimoramentos técnicos que se encontram em andamento na Linha Sul, como telecomunicações, sonorização, bilhetagem eletrônica e Centro de Controle Operacional (CCO), em operação.

No tocante a gestão e fiscalização do serviço de transporte rodoviário de passageiros, intenciona por meio do DETRAN-CE licitar a prestação dos serviços, com expectativas de reduzir valores tarifários e melhorar as condições de conforto e segurança da frota operacional.

No período 2010-2016 foram beneficiados 36.503.902 passageiros por meio do serviço metroferroviário e rodoviário na matriz de transporte público da RMF. Nesse período o indicador apresentou uma tendência de crescimento, passando de 1,20% em 2010 a 1,93% em 2016. As principais causas desse crescimento podem ser atribuídas aos investimentos realizados em busca de melhorias na oferta do serviço de transporte de passageiros.

5.1.4. Indicador Intervenção em vias urbanas

O indicador “Intervenção em vias urbanas” representa, em quilômetros (Km), o somatório de vias pavimentadas, vias implantadas e vias restauradas por meio da Secretaria das Cidades, com abrangência geográfica em todo o Estado do Ceará.

As fontes de informação na Secretaria das Cidades são a Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb; a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II); e a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central (UGP I), o qual se encontra em fase de encerramento.

A extensão de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas em 2016 registrou um total de 60,08 quilômetros que beneficiaram de forma direta comunidades de 34 municípios com as seguintes tipologias de cobertura de pavimentos:

Tabela – Vias Urbanas Pavimentadas, Implantadas e Restauradas– SCidades – 2016

Tipo		Quantidade Obras	Quantidade Municípios	Total (Km)
Vias Pavimentadas	Asfalto	03	03	14,19
	Subtotal	03	03	14,19
Vias Implantadas	Asfalto	01	01	1,28
	Subtotal	01	01	1,28
Vias Restauradas	Asfalto	02	02	4,10
	Paralelo	10	06	15,96
	Pedra Tosca	28	24	24,85
	Outros*	02	02	0,99
	Subtotal	42	30	45,90
Total		46	34**	61,37

Fonte: Secretaria das Cidades – Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb), UGP I – Cariri Central e UGP II – Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

Notas:

*Piso intertravado e Pedra Portuguesa.

**municípios beneficiados com mais de uma obra são contados uma única vez. Não corresponde à soma da coluna.

O desempenho de 2016 foi considerado satisfatório, com base nas informações de gerenciamento de obras e monitoramento do desempenho dos projetos, não obstante a

dificuldade de negociações com as famílias para desapropriações de imóveis na obra da Avenida do Contorno, de Juazeiro, e os problemas de ordem econômica e financeira do Estado do Ceará, que implicaram em atrasos de desembolso de parcelas de recursos aos municípios, para a execução das obras urbanas.

No período 2010-2016 registrou-se um total de 757,17 quilômetros de vias urbanas no Estado, dos quais 723,82 km (95,6%) oriundos principalmente de iniciativas municipais e 33,35 km (4,4%) provenientes da execução de projetos de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento urbano de polos regionais.

Contribuição dos Produtos para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais e Resultados Estratégicos de Governo

Em 2016, a Secretaria das Cidades como Órgão Executor do Plano Plurianual 2016-2019 atuou na execução de 54 produtos de 28 iniciativas do PPA, para oferta à sociedade, por meio de 9 (nove) Programas de Governo:

Ord	Programa	Nº de Produtos executados pela SCidades (área de negócio/ entidade vinculada)	Nº Produtos do Programa
1.	Infraestrutura e Logística (010)	3	20
2.	Mobilidade Urbana (019)	5	10
3.	Fortalecimento Institucional dos Municípios (021)	9	15
4.	Habitação de Interesse Social (022)	8	10
5.	Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025)	10	11
6.	Revitalização de Áreas Degradadas (027)	8	10
7.	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural (032)	5	8
8.	Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040)	7	9
9.	Resíduos Sólidos (064)	2	6
Total		54	99

A execução dos produtos ora se deu por meio das áreas de negócio do órgão SCidades, ora por meio das entidades vinculadas, a exemplo da Cagece e do Metrofor.

Vale ressaltar também que, no caso do Programa 040 - Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos, a execução das iniciativas-produtos foi realizada por outros órgãos do Estado, a exemplo do DAE e do DETRAN-CE, compartilhando as mesmas iniciativas do PPA.

Dos 54 (cinquenta e quatro) produtos do PPA executados pela Secretaria das Cidades, por meio de suas áreas de negócio e/ou entidades vinculadas:

- 3 produtos (5,56%) superaram a meta programada no PPA - exercício 2016.
- 5 produtos (9,26%) apresentaram desempenho acima de 75% até $\leq 100\%$ no PPA - exercício 2016
- 0 produtos (0,00%) apresentaram desempenho acima de 50% até $\leq 75\%$ da meta do PPA - exercício 2016.
- 13 produtos (24,07%) apresentaram desempenho de 1 até $\leq 50\%$ do programado no PPA - exercício 2016.
- 33 produtos (61,11%) não realizaram meta do PPA - exercício 2016.

Analisando as 40 (quarenta) iniciativas-produto do PPA executadas pelas áreas de negócio do órgão Secretaria das Cidades, observa-se o seguinte desempenho:

- 3 produtos (7,5%) superaram a meta programada no PPA - exercício 2016.
- 5 produtos (12,5%) apresentaram desempenho acima de 75% até $\leq 100\%$ no PPA - exercício 2016
- 0 produtos (0%) apresentaram desempenho acima de 50% até $\leq 75\%$ da meta do PPA - exercício 2016.
- 8 produtos (20%) apresentaram desempenho de 1 até $\leq 50\%$ do programado no PPA - exercício 2016.
- 24 produtos (60%) não realizaram meta do PPA - exercício 2016.

Algumas das possíveis causas para esse nível de desempenho são:

- A instabilidade econômica e política em que se encontra o país.
- A ausência da orientação do trabalho do governo por processos de negócio (finalísticos, de suporte, e gerenciais).
- A falta de priorização de projetos (estratégicos de governo, estratégicos prioritários de governo, estratégicos setoriais).
- A disputa por recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e outros, entre os órgãos do Estado.
- A dispersão do esforço de trabalho das equipes técnicas para executar um grande número de projetos e ações.

- A pulverização dos recursos orçamentários e financeiros.
- A ineficiente gestão dos instrumentos (contratos, convênios e congêneres).

Como efeitos, percebe-se:

- A demora na execução de projetos (iniciação, planejamento, execução e encerramento).
- A ineficiência dos processos de negócio nos órgãos.
- Os prejuízos financeiros com excesso de aditivos, replanilhamentos, realinhamentos e repactuações nos instrumentos.
- A perda de foco das ações do Governo.
- O risco de não atingir os objetivos da gestão 2015-2018.
- O risco de não atingir as metas do PPA 2016-2019.
- O risco de não atender às necessidades e expectativas da Sociedade Cearense.

Em decorrência desse comportamento, tem-se como impacto a perda de confiança dos cidadãos para com o Governo, e o desgaste de sua imagem perante a sociedade cearense.

Considerando a necessidade de orientar a ação governamental para o atendimento prioritário à sociedade cearense e seus cidadãos, segmentados em públicos-alvo claramente identificados visando entregar melhores serviços à população, o Governo do Estado desenvolveu em 2015, trabalho coordenado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), o Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR) identificando em uma das etapas desse projeto os principais desafios (oportunidades e fragilidades), as principais entregas do período 2017-2018, e os indicadores por meio dos quais será acompanhado o desempenho.

Na etapa de implantação a Casa Civil acompanhará a execução dos projetos estratégicos prioritários com o objetivo de atingir as metas propostas no Acordo de Resultados 2017-2018.

Ressalte-se que as referidas metas foram alinhadas ao PPA 2016-2019 e às prioridades do documento de campanha 7 Cearás, da gestão estadual 2015-2018, que fundamentou a elaboração do PPA 2016-2019 juntamente com outras premissas, a exemplo da manutenção dos investimentos já realizados pelas gestões anteriores, da continuidade de projetos e das negociações junto a financiadores para captar recursos externos e internos com vistas à execução de programas e projetos; e da observância e do cumprimento de marcos

regulatórios, a exemplo da lei de responsabilidade fiscal.

A seguir apresenta-se, por Programa de Governo, o desempenho dos produtos do PPA programados para 2016 referentes ao Órgão Executor Secretaria das Cidades, o qual atuou ora como órgão executor de iniciativa-produto de forma exclusiva por meio de suas áreas de negócio/entidades vinculadas (Cagece, IDECI, DETRAN-CE e METROFOR), ora atuou como executor de produto em iniciativas que também foram compartilhadas por outros órgãos do governo.

1. Programa Infraestrutura e Logística (010)

O Programa Infraestrutura e Logística tem como Órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). É composto por 20 (vinte) iniciativas-produtos das quais 3 (três) foram executadas em 2016 pela Secretaria das Cidades, por meio das áreas de negócio UGP I – Cariri Central, UGP II – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú e Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Infraestrutura e Logística – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado	Realizado	
010.1.17 - Implantação de Infraestrutura viária urbana	1332 - Via implantada (km)	SCIDADES/ Courb	70	1,28	1,83
010.1.18 - Melhoria de infraestrutura viária urbana	1333 - Via restaurada (km)	SCIDADES/ Courb	233	45,90	19,70
010.1.19 - Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe	1361 - Via pavimentada (km)	SCIDADES/ UGP I e UGP II	19,25	12,90	67,01

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

1.1. Iniciativa 010.1.17 - Implantação de infraestrutura viária urbana - Produto 1332 - Via implantada (km)

O produto Via implantada refere-se ao caminho ou estrada construído, destinado ao transporte de passageiros e/ou cargas e outros. Pode ser classificado das seguintes formas: em pedra tosca; em paralelepípedo, em bloquete e em asfalto.

O referido produto é executado pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb). Está relacionado à iniciativa Implantação de infraestrutura viária urbana do PPA 2016-2019.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foi registrada a conclusão de 1,28 km de pavimentação asfáltica em Novo Oriente, situado na Região 12– Sertão dos Crateús.

A baixa execução das metas até o período esteve relacionada à dificuldade na disponibilização e liberação de recursos do Estado e Prefeituras para os convênios. Devido à situação econômica do país e diminuição nas receitas de arrecadação, os convenientes, em sua maioria prefeituras, têm tido dificuldades na execução de seus projetos.

1.2. Iniciativa 010.1.18 - Melhoria de infraestrutura viária urbana - Produto 1333 - Via restaurada (km)

O produto Via Restaurada (km) refere-se ao caminho ou estrada reformada ou recuperada, para garantir o transporte seguro e adequado de passageiros e/ou cargas e outros. São classificadas nesta categoria: pedra tosca, paralelepípedo, bloquete, asfalto e em obras de urbanização.

O referido produto é executado pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb).

Em 2016 foram concluídos 45,90 km de Vias estruturadas em 30 municípios, que incluíram 42 obras que atenderam 11 regiões do Estado, relacionadas a 41 instrumentos jurídicos.

Na Região 1 - Cariri foram concluídas 6 obras, totalizando 5,49 km de via restaurada:

- 2(duas) pavimentações em paralelepípedo no município de Campos Sales (3,38 km).
- 1(uma) pavimentação em pedra tosca no município de Assaré (0,55 km).
- 1(uma) pavimentação em paralelepípedo no município de Lavras da Mangabeira (0,15km).
- 1(uma) pavimentação no município de Lavras da Mangabeira (0,98 km).
- 1(uma) pavimentação em paralelepípedo no município de Granjeiro (0,43 km).

Na Região 2 - Centro Sul:

- 1(uma) pavimentação em paralelepípedo no município de Baixio (0,69 km).

Na Região 3 - Grande Fortaleza:

- 3 obras de pavimentação em pedra tosca no município de São Gonçalo do Amarante (4,81 km).

Na Região 4 - Litoral Leste foram concluídas 3 obras, totalizando 2,21 km:

- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Fortim (0,44 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Aracati (0,38 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Beberibe (1,39 km).

Na Região 5 - Litoral Norte foram concluídas 9 obras, totalizando 11,95km:

- 2 pavimentações em pedra tosca no município de Barroquinha (0,50 km).
- 1 pavimentação em pedra toscano município de Chaval(0,40 km).
- 1 reforma de avenida no município de Chaval(0,65 km).
- 1 pavimentação em pedra toscano município de Granja(2,44 km).
- 1 pavimentação em paralelepípedo no município de Jijoca de Jericoacoara (1,25 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Jijoca de Jericoacoara (5,05 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Marco(0,20 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Camocim (1,45 km).

Na Região 8 - Serra de Ibiapaba foram concluídas 2 obras, totalizando 1,57km:

- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Ubajara (1,08 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de São Benedito (0,49 km).

Na Região 9 - Sertão Central foram concluídas 4 obras, totalizando 2,09km:

- 1 pavimentação em pedra toscano município de Piquet Carneiro (0,28 km).
- 1 urbanização da entrada da cidade no município de Piquet Carneiro (0,34km).
- 1 pavimentação em pedra tosca c/ abrigo para mototaxistas no município de Piquet Carneiro (0,75 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Senador Pompeu (0,72 km).

Na Região 11 - do Sertão de Sobral foram concluídas 4 obras, totalizando 4,27km:

- 1 pavimentação em pedra tosca em Meruoca (2,41 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca em Mucambo (0,51 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Varjota (1,10 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Cariré (0,26 km).

Na Região 12 - Crateús foram concluídas 3 obras, totalizando 3,82km:

- 1 pavimentação em pedra toscano município de Ipueiras (1,27 km).
- 1 pavimentação em pedra toscano município de Tamboril (0,75 km).
- 1 pavimentação em asfalto no município de Monsenhor Tabosa (1,80 km).

Na Região 13 - Sertão dos Inhamuns:

- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Parambu (0,74 km).

Na Região 14 - Vale do Jaguaribe foram concluídas 6 obras, totalizando 8,26km:

- 1 pavimentação em paralelepípedo no município de Tabuleiro do Norte (0,17 km).
- 1 pavimentação em pedra tosca no município de Pereiro (0,25 km).
- 4 pavimentações em paralelepípedo no município de Quixeré (7,84 km).

O percentual abaixo da meta teve como principais fatores o período de defeso eleitoral que impossibilita o processo de liberação de recursos; a situação de inadimplência e irregularidade cadastral e fiscal dos municípios junto ao Estado e União, o que impede a liberação dos recursos e ocasiona o atraso no processo de execução das obras; a estrutura deficitária dos municípios para promover a execução das obras; e a situação econômica do país e baixa da arrecadação tributária que ocasionou problemas de ordem administrativa e financeira nos municípios.

1.3. Iniciativa 010.1.19 - Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe – Produto 1361 - Via pavimentada (km)

O Produto Via Pavimentada (quilômetro) refere-se a caminho ou estrada construído, destinado ao transporte de passageiros e/ou cargas e outros.

O referido produto é executado pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio das Unidades de Gerenciamento de Projeto UGP I – Cariri Central e UGP II – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram entregues 12,90 quilômetros de via pavimentada.

No Projeto Cidades do Ceará - Cariri Central (UGP I) foram concluídos os 5,40 quilômetros de via pavimentada referentes à obra da Avenida do Contorno de Juazeiro do Norte (Trecho I) - 3,40 quilômetros e da Urbanização da Saída - Duplicação da Rodovia CE-060, no Município de Jardim - 2,00 quilômetros.

No Projeto Cidades do Ceará - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II) foram entregues 8,79 quilômetros de via pavimentada (7,51 km previstos + 1,29 km de aditivo) referentes à obra de implantação da Avenida do Contorno, em Limoeiro do Norte, que está finalizada.

Encontra-se em execução, pela UGP I, a obra da Avenida do Contorno de Juazeiro do Norte (Trecos II e III), que perfazem um total de 5,20 quilômetros de extensão, dos quais dos quais foram executados 87%, com previsão de conclusão até maio/2017.

Pela UGP II, as obras da Avenida Benjamin Constant em Russas, com extensão de 1,15 km e a obra de Duplicação da Avenida Ermírio de Moraes em Sobral, com extensão de 2,46 km, inicia as obras no ano de 2017.

As principais dificuldades enfrentadas no período de janeiro a dezembro de 2016 para a realização do produto Via Pavimentada estiveram relacionadas à quadra invernososa e a utilização de materiais de baixa qualidade, promovendo o atraso do andamento da obra uma vez que o serviço precisava ser refeito. Além da demora no processo licitatório e na autorização para emissão de ordem de serviço.

2. Programa Mobilidade Urbana (019)

O Programa Mobilidade Urbana tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 10 (dez) iniciativas-produto das quais 5 (cinco) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da entidade vinculada Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Mobilidade Urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades e entidade vinculada METROFOR – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado PPA	Realizado PPA	
019.1.04 - Expansão da oferta de serviço de transporte ferroviário de passageiro - Linha Parangaba-Mucuripe	1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)	METROFOR	1	0	0,00
019.1.06 - Manutenção da oferta de serviços de transporte metroferroviário	1317 - Linha de trem operada (unidade)	METROFOR	3	3	100,00
019.1.07 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Cariri	1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)	METROFOR	1	0	0,00
019.1.08 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Norte	1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)	METROFOR	1	0	0,00
019.1.10 - Integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros	1469 - Passageiro de transporte público beneficiado (unidade)	SCIDADES/Codur	27.905	35647	127,74

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

2.1. Iniciativa 019.1.04- Expansão da oferta de serviço de transporte ferroviário de passageiro – Linha Parangaba-Mucuripe – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)

O produto Linha de trem de passageiros implantada (Parangaba-Mucuripe) refere-se a implantação de 12,7km de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), movido a diesel, em via duplicada com 10 (dez) estações e 1 (um) Centro de Manutenção a ser construído no Pátio de Estacionamento da Cia Docas, 400m após a Estação Iate.

A referida linha irá passar por 22 bairros e possui uma estimativa de demanda a ser transportada de aproximadamente 90mil passageiros/dia, considerando integração plena entre os modais. Prevê a integração com os terminais de ônibus da Parangaba e Papicu.

As obras civis são executadas por meio da Seinfra. A parte do projeto referente ao METROFOR prevê a Aquisição de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs). O avanço físico acumulado do projeto até dezembro/2016 é de 89,06%, relacionado ao contrato 007/METROFOR/2013 assinado com a empresa BOM SINAL Indústria e Comércio LTDA. Já foram entregues 7(sete) dos 8 (oito) VLTs contratados. A previsão de entrega da última unidade do veículo é primeiro trimestre de 2017.

A principal dificuldade para a execução deste produto é a falta de repasse de recursos por parte do Estado, inviabilizando assim o recebimento da oitava unidade do VLT.

2.2. Iniciativa 19.1.06 - Manutenção da oferta de serviços de transporte metroferroviário – Produto 1317 - Linha de trem operada (unidade)

O produto Linha de Trem Operada refere-se ao transporte coletivo com o modal metroferroviário nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Cariri, e Sobral.

No período de janeiro a dezembro de 2016, em Fortaleza e Região Metropolitana foram transportados 5.496.027 passageiros na Linha Sul e 1.883.253 passageiros na Linha Oeste, totalizando 7.385.818 passageiros beneficiados, com uma média passageiros/mês de 458.002 na Linha Sul e 156.938 na Linha Oeste, ou de passageiros/dia útil de 19.185 na Linha Sul e 6.538 na Linha Oeste.

A quantidade de passageiros transportados no ano pela Linha Sul do Metrô de Fortaleza foi abaixo das expectativas considerando que pela dificuldade no repasse de recursos oriundos da União não foi possível concluir a implantação dos sistemas fixos previstos para o período.

Ressalta-se que com a conclusão desses sistemas a operação agregará um maior número de passageiros em função da diminuição do *headway* (intervalo entre trens) e da ampliação do horário de funcionamento.

Diante da ausência da previsão de investimentos na Linha Oeste, em busca de reduzir o *headway* atual, a quantidade de passageiros transportados foi compatível com o previsto.

Diante da ausência da previsão de investimentos na Linha do Cariri, em busca de reduzir o *headway* atual, e a partir da paralisação da operação em outubro de 2016 em função de uma obra de drenagem do Governo do Estado em que possui interferências com a linha férrea, a quantidade de passageiros transportados foi inferior ao previsto.

No período de janeiro a dezembro/2016, no Cariri foram transportados 365.059 passageiros, beneficiando naquela Região uma média de 33.187 passageiros/mês ou 1.494 passageiros/dia útil.

No período de janeiro a dezembro/2016, foram transportados em Sobral 476.358 passageiros, beneficiando naquela Região uma média de 39.697 passageiros/mês ou 1.938 passageiros/dia útil. Considerando que durante o ano o VLT de Sobral operou de forma assistida (8hs às 12hs), a quantidade de passageiros transportados superou a previsão.

2.3. Iniciativa 19.1.07 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Cariri – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)

Este produto refere-se a obras complementares para expansão da oferta do serviço de transporte ferroviário de passageiros já implantado nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, com extensão de 13,6 km, passando por 9 estações, utilizando 3 (três) Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs).

Não houve execução deste produto em 2016, uma vez que a melhoria da implantação da linha não foi priorizada pelo governo.

2.4. Iniciativa 19.1.08 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Norte – Produto 1316 - Linha de trem de passageiros implantada (unidade)

Este produto refere-se a obras complementares para expansão da oferta do serviço de transporte ferroviário de passageiros já implantado no município de Sobral, com extensão de 13,9 km, passando por 12 estações, utilizando 5 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs).

Não houve execução deste produto em 2016, uma vez que a melhoria da implantação da linha não foi priorizada pelo governo.

2.5. Iniciativa 019.1.10 - Integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros – Produto 1469 - Passageiro de transporte público beneficiado (unidade)

O Produto Passageiro de transporte público beneficiado refere-se à pessoa que utiliza, ao menos uma vez, o serviço de transporte público urbano metropolitano de passageiros de forma integrada com o serviço público de transporte urbano de Fortaleza, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano - BUM.

Este produto é executado pela Secretaria das Cidades / Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur). O DETRAN-CE realiza a conferência das informações repassadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), por meio do qual é ofertado o serviço a população com o benefício da tarifa integrada, subsidiada pelo Governo do Estado do Ceará.

O Produto Passageiro de Transporte Público beneficiado com o serviço de transporte público urbano metropolitano de forma integrada com o serviço público de transporte urbano de Fortaleza começou a ser contabilizado a partir de 1º de junho de 2016, quando do início da operação do Bilhete Único Metropolitano (BUM).

Até 31/12/2016 o serviço foi ofertado a 35.647 passageiros (pessoas) os (as) quais realizaram, ao menos uma vez, integrações entre esses serviços, superando em 27,74% a meta 2016 do PPA 2016-2019, que era de 27.905 passageiros.

3. Programa Fortalecimento Institucional dos Municípios (021)

O Programa Fortalecimento Institucional dos Municípios tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 15 (quinze) iniciativas-produtos das quais 9 (nove) foram executadas em 2016 pela Secretaria das Cidades, por meio das áreas de negócio UGP I – Cariri Central, UGP II – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, Secretaria Executiva do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE, e pela entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECI):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Fortalecimento Institucional dos Municípios (021) – Órgão Executor Secretaria das Cidades e IDECI – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado	Realizado	
021.1.03 - Promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú	425 - Plano elaborado (unidade)	SCIDADES/ UGP II	4	0	0,00
021.1.05 - Promoção do planejamento regional nos municípios do Cariri e dos vales do Jaguaribe e do Acaraú	425 - Plano elaborado (unidade)	SCIDADES/ UGP I e UGP II	7	3	42,86
021.1.06 - Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú	409 - Pessoa capacitada (unidade)	SCIDADES/ UGP II	40	40	100,00
021.1.08 - Melhoria do processo de formalização de empresas nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú	360 - Município beneficiado (unidade)	SCIDADES/ UGP II	2	2	100,00
021.1.09 - Apoio à formulação das políticas de desenvolvimento urbano	133 - Conferência realizada (unidade)	SCIDADES/ ConCidades-CE	1	0	0,00

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado	Realizado	
021.1.11 - Apoio ao controle social de políticas de desenvolvimento urbano e de integração regional	137 - Conselho mantido (unidade)	SCIDADES/ ConCidades-CE	1	1	100,00
021.1.13 - Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos vales do Jaguaribe e do Acaraú	475 - Projeto elaborado (unidade)	SCIDADES/ UGP II	12	0	0,00
021.1.15 - Promoção da melhoria da capacidade de gestão municipal	425 - Plano elaborado (unidade)	IDECI	6	1	16,66
021.1.16 - Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos	475 - Projeto elaborado (unidade)	IDECI	6	2	33,33

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

3.1. Iniciativa 021.1.03 – Promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 425 – Plano elaborado (unidade)

O produto Plano elaborado consiste na elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana e da revisão/atualização dos Planos Diretores Municipais das principais cidades de atuação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Cidades do Ceará II - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú. Os planos atenderão as disposições contidas nas leis federais 12.587/12 e 10.257/01, respectivamente.

Em 2016 não foi registrada a entrega do produto Plano elaborado, no entanto foram realizadas atividades relacionadas ao processo licitatório, regido à luz das políticas para seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que após a não objeção desse financiador, resultou na celebração dos seguintes contratos: a) 027/CIDADES/2016, destinado à elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana de Sobral, Coreaú, Forquilha e Aracati; b) 028/CIDADES/2016, para elaboração do Plano Diretor Municipal com o de Mobilidade Urbana para Jaguaruana e

Quixeré; e a revisão/complementação do Plano Diretor Municipal, incluindo o de Mobilidade Urbana dos municípios de Massapê, Santana do Acaraú, Irauçuba, Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Jaguaribe.

A contratação dos serviços se deu em setembro/2016. No último trimestre de 2016, após aprovação dos Planos de Trabalho, as consultorias iniciaram os trabalhos de campo e coleta de dados para elaboração dos diagnósticos municipais, com expectativa para a entrega desses diagnósticos no 1º trimestre de 2017.

3.2. Iniciativa 021.1.05 – Promoção do planejamento regional nos municípios do Cariri e dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 425 Plano elaborado

O Produto Plano elaborado prevê a elaboração dos seguintes instrumentos: pela UGP I o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que visa orientar o crescimento urbano da Região Metropolitana do Cariri (RMC); o Plano de Negócios do Cariri, que objetiva identificar os focos de atuação e as atividades necessárias para o sucesso do Geopark Araripe, de modo a maximizar seus resultados, especialmente identificando a estrutura de gestão para o Geopark Araripe que assegure sua viabilidade.

Pela UGP II foram programados os Planos de Desenvolvimento Regional (PDRs) do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú: que tem como objetivo principal desenvolver estratégias regionais, em função do diagnóstico das potencialidades e limitações dessas regiões, considerando suas dimensões econômica, social, científica e tecnológica, de infraestrutura, ambiental, político e institucional, bem como contribuir para a articulação e acordos entre municípios e os diversos agentes e instituições que intervêm na região, estimulando a comunicação e a participação, articulando os diferentes interesses para o benefício coletivo.

No período de janeiro a dezembro/2016 não houve alteração na execução do produto no âmbito da UGP I, quando foi registrada a entrega de 1 (um) Plano elaborado referente ao Plano de Negócios do Geopark Araripe (UGP I).

Nos entendimentos mantidos entre o Estado do Ceará e o Banco Mundial, ficou decidido não mais executar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que estava programado para 2016, em função do encerramento do contrato, ocorrido em 30/11/2016, pois não haveria tempo hábil para licitar a execução dos serviços.

Com relação aos PDRs (UGP II) é importante informar que entre os meses de janeiro a abril de 2016 foram realizadas as atividades relacionadas ao processo licitatório, regido à luz das políticas para seleção e contratação de consultoria financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a seguir descritas: (i) aguardo da publicação da homologação da licitação; (ii) solicitação à empresa vencedora do certame a documentação para a elaboração do contrato; (iii) assinatura do contrato; (iv) emissão de Ordem de serviço.

Em maio/2016 a contratada entregou o Plano de Trabalho; em junho/2016 a empresa enviou novo cronograma, porém com 2 (dois) meses a mais de execução, sendo solicitada a justificativa e ajuste para que a execução esteja de acordo com a Ordem de Serviço. Foi publicado o aditivo do contrato referente à cláusula de pagamento. Em julho/2016 a empresa entregou o Diagnóstico Preliminar. Em agosto/2016 ocorreu o workshop no Vale do Acaraú (30/08).

Em setembro/2016 ocorreu o workshop do Vale do Jaguaribe (01/09), além da entrega dos relatórios referentes aos workshops. Em outubro/2016 a empresa elaborou Proposta do Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú. Em novembro/2016 a empresa entregou o Relatório das Audiências Públicas dos Planos de Desenvolvimento Regionais do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, bem como elaborou as Estratégias de Implantação do PDR; e em dezembro/2016 a empresa entregou a versão final da Atualização dos 2 (dois) Planos de Desenvolvimento Regionais, do Vale do Jaguaribe e do Vale do Acaraú.

3.3. Iniciativa 021.1.06 – Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 409 – Pessoa capacitada (unidade)

O produto Pessoa capacitada refere-se aos técnicos e gestores dos municípios de atuação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Cidades do Ceará II - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, capacitados com cursos de gestão pública que incluem diversos temas.

Em 2016 foi realizado um evento destinado à capacitação de pessoas. Foram realizadas atividades de planejamento que se referem ao processo licitatório, nas normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para contratação de serviços e organização de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal.

Após receber a não objeção do Banco, a Secretaria das Cidades celebrou contrato com a empresa Maestria Comunicação e Eventos Ltda., por meio do instrumento de contrato 010/CIDADES/2016, em junho/2016, e realizou a capacitação no período de 29/08 a 02/09/2016 para 40 pessoas de 17 municípios do Programa Cidades do Ceará II.

3.4. Iniciativa 021.1.08 – Melhoria do processo de formalização de empresas nos municípios dos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 360 – Município beneficiado (unidade)

O produto Município beneficiado refere-se aos municípios da área de atuação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Cidades do Ceará II - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, beneficiados com projetos de melhoria do processo de registro e formalização de empresas, reduzindo a burocracia e melhorando o ambiente de negócios, estimulando o aumento da arrecadação tributária para a promoção do crescimento econômico, conforme Decreto Nº 30.855, de 14 de março de 2012.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram beneficiados 2 (dois) Municípios. No período de janeiro a junho, foram realizadas as atividades relacionadas ao processo licitatório, regido à luz das políticas para seleção e contratação de consultoria financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a seguir descritas: (i) abertura das propostas financeiras das Empresas que se habilitaram ao processo de seleção pela Procuradoria Geral do Estado (PGE); (ii) análise das propostas e elaboração do Relatório de Avaliação e Julgamento Final das Propostas; (iii) reunião com a empresa vencedora do certame, dando início à etapa de negociação do contrato; (iv) assinatura do contrato; e (v) emissão de Ordem de Serviço. A partir de julho de 2016 iniciou-se os trabalhos.

Em agosto de 2016, a contratada entregou o Plano de Trabalho, e em setembro de 2016, encontrava-se em elaboração o Diagnóstico dos Processos de Formalização de Empresas pela contratada. Em outubro/2016 a empresa entregou o Diagnóstico dos Processos de Formalização de Empresas de Russas e Sobral. Por fim, em dezembro/2016 a empresa entregou o Redesenho de 2 (dois) Processos que beneficiam os municípios de Russas e Sobral.

3.5. Iniciativa 021.1.09 – Apoio à formulação das políticas de desenvolvimento urbano – Produto 133 – Conferência realizada (unidade)

O produto Conferência realizada refere-se à Conferência Estadual das Cidades, evento trienal, de responsabilidade do Estado do Ceará por meio da Secretaria das Cidades / Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE, que reúne propostas elaboradas nas Conferências Municipais, onde são priorizadas, consolidadas, aprovadas e levadas à Conferência Nacional das Cidades, constituindo assim, um ciclo de discussão permanente das políticas públicas que contribuem para o aperfeiçoamento da política Nacional de Desenvolvimento Urbano junto ao Ministério das Cidades.

A Conferência foi programada para 2016, no entanto não ocorreu, uma vez que sua realização está condicionada à realização da Conferência Nacional das Cidades. Em 2016 foram realizados Seminários de sensibilização e orientação aos municípios para que fizessem suas conferências, sem as quais não é possível realizar a Conferência Estadual.

A Secretaria das Cidades apoia a realização dessas conferências municipais, com apoio material, logístico de hospedagem transporte e alimentação. Analisa e valida as propostas oriundas dessas conferências e os delegados eleitos, que são indicados a participar da Conferência Estadual.

3.6. Iniciativa 021.1.11 – Apoio ao controle social de políticas de desenvolvimento urbano e de integração regional – Produto 137 – Conselho mantido (unidade)

O Produto Conselho mantido decorre da necessidade de funcionamento do Conselho Estadual das Cidades do Ceará (ConCidades-CE), em observância às diretrizes estabelecidas em seu Regimento Interno que prevê, para o presente exercício, entre outras ações, as seguintes: realizar as reuniões ordinárias e extraordinárias do ConCidades-CE; apoiar a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades; apoiar as Conferências Municipais das Cidades e realizar a Conferência Estadual das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; incentivar a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social; fortalecer a articulação com os órgãos colegiados municipais e regionais de desenvolvimento urbano; e propiciar a cooperação entre os governos da União, do Estado e dos Municípios somados à Sociedade Civil organizada.

Em 2016 foram realizadas reuniões ordinárias do Conselho, no apoio à realização das Conferências Municipais, sua validação e nos preparativos iniciais para subsidiar a realização da Conferência Estadual em 2017.

As dificuldades enfrentadas pelo ConCidades-CE foram as seguintes: a não aprovação de recursos até meados de abril/2016, para realização das atividades que envolvem o Conselho, fator que impactou na execução do Plano de trabalho 2016 do Conselho. A não aprovação de projetos previstos no Plano de Trabalho do Conselho impacta no seu desempenho. Registra-se como ponto fraco a baixa frequência dos Conselheiros representantes do Poder Público Estadual e Federal.

3.7. Iniciativa 021.1.13 – Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos vales do Jaguaribe e do Acaraú – Produto 475 – Projeto elaborado

O produto Projeto Elaborado refere-se aos projetos executivos que servirão de base para a contratação da carteira do componente melhoria da infraestrutura urbana, que beneficiará os municípios da área de atuação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

No período de janeiro a dezembro/2016 não houve entrega do produto Projeto elaborado. Foram realizadas as atividades relacionadas ao processo licitatório, regido à luz das políticas para seleção e contratação de consultoria financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a seguir descritas: (i) propostas recebidas pela UGP II; (ii) análise das Propostas Técnicas e Financeiras; (iii) envio do Relatório de Julgamento Final enviado à Procuradoria Geral do Estado (PGE); (iv) análise das propostas e elaboração do Relatório de Avaliação e Julgamento Final das Propostas; (v) reunião com a empresa vencedora do certame, dando início a etapa de negociação do contrato; (vi) contrato assinado em 03/10/2016; e (vii) ordem de serviço emitida em 31/10/2016.

As dificuldades enfrentadas no período de janeiro a dezembro de 2016 foram as inerentes ao processo licitatório, tais como morosidade para análise de propostas, e à demora em receber da empresa vencedora do certame o Termo de Constituição de Consórcio.

3.8. Iniciativa 021.1.15 – Promoção da melhoria da capacidade de gestão municipal – Produto 425 – Plano elaborado (unidade)

O produto Plano Elaborado refere-se à oferta de instrumentos de gestão e desenvolvimento urbano, dentre os quais Plano Diretor e Plano de Mobilidade.

No período de janeiro a dezembro/2016 foi disponibilizado para o município de Novo Oriente (Sertão de Crateús) e Tauá (Sertão de Inhamuns) o Plano Diretor Participativo com Mobilidade Urbana.

Foi, ainda, entregue ao município de Jaguaribara (Vale do Jaguaribe) o módulo Documentação Municipal como instrumento de gestão.

Os fatores positivos que influenciaram a realização no período foram: o empenho da equipe técnica do Ideci, com o apoio das setoriais do Governo do Estado, aliado a uma grande participação da população local. Destaque-se também a efetiva contribuição dos gestores e técnicos municipais.

As principais dificuldades foram à escassez de profissionais especializados (principalmente mobilidade e ambiental), de recursos destinados à logística (deslocamentos, materiais de insumo, equipamentos eletrônicos, acesso à internet, dentre outros), e de material cartográfico da área de estudo. Por fim, ressalte-se como oportunidade, a demanda por planos para outros municípios.

3.9. Iniciativa 021.1.16 – Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos – Produto 475 – Projeto elaborado (unidade)

O produto Projeto elaborado refere-se ao projeto executivo de um equipamento urbano, dentre os quais o projeto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Projeto da Central Municipal de Reciclagem (CMR), o Projeto de Mercado Municipal, entre outros.

No período de janeiro a dezembro/2016 foram entregues a 12(doze) municípios de 7(sete) regiões: Maciço do Baturité, Litoral Leste, Litoral Norte, Sertão Central, Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe e Grande Fortaleza, o Projeto Habitacional Rural. E para 3(três) municípios de 2(duas) regiões: Litoral Leste e Grande Fortaleza o Projeto da Central Municipal de Reciclagem (CMR).

Como dificuldade cita-se a constante alteração dos critérios técnicos pelo agente financiador, demandando assim um tempo maior para validar o projeto junto a CAIXA.

4. Programa Habitação de Interesse Social (022)

O Programa Habitação de Interesse Social tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 10 (dez) iniciativas-produtos das quais 8 (oito) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio das áreas de negócio Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (Cdhis) e Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da RMF (UGP RMF), e pela entidade vinculada IDECI:

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Habitação de Interesse Social (022) – Órgão Executor Secretaria das Cidades e IDECI – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado	Realizado	
022.1.01 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana	1318 - Unidade habitacional entregue (unidade)	SCIDADES/ Cdhis	15.500	7.178	46,30
022.1.02 - Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho	1318 - Unidade habitacional entregue (unidade)	SCIDADES/ UGP RMF	128	0	0,00
022.1.04 - Oferta de moradia de interesse social - Dendê	1318 - Unidade habitacional entregue (unidade)	SCIDADES/ UGP RMF	600	0	0,00
022.1.05 - Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais na área urbana	1119 - Unidade habitacional reformada (unidade)	SCIDADES/ Cdhis	1.000	0	0,00
022.1.06 - Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê	1119 - Unidade habitacional reformada (unidade)	SCIDADES/ UGP RMF	1.200	0	0,00
022.1.07 - Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais do meio rural	1334 - Fogão sustentável instalado (unidade)	SCIDADES/ Cdhis	3.000	3.139	104,63
022.1.08 - Execução das ações de regularização fundiária urbana	1335 - Título entregue (unidade)	IDECI	151.190	0	0,00

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016 do PPA		% Execução PPA em 2016
			Programado	Realizado	
022.1.11 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural	1318 - Unidade habitacional entregue (unidade)	SCIDADES/ Cdhis	2.750	518	18,83

Fonte:

PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29/12/2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA). Iniciativas 022.1.01 e 022.1.11.- Secretaria das Cidades (SCidades).

Nota:

O valor de 2016 difere do registrado no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA) em função da contabilização de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cujas prestações de contas foram encaminhadas com atraso pela CAIXA e Banco do Brasil.

4.1. Iniciativa 022.1.01 – Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade)

O Produto Unidade habitacional entregue refere-se à casa ou apartamento entregue a família para moradia. As unidades são construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, mediante subsídio, e entregues às famílias oriundas do Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO.

Também são construídas, unidades habitacionais por meio da celebração de convênios e congêneres entre Estado e Municípios.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram entregues 7.178 unidades habitacionais nas Regiões do Cariri (614 unidades), Centro Sul (25 unidades), Grande Fortaleza (4.158 unidades), Litoral Norte (03 unidades), Litoral Oeste/Vale do Curu (09 unidades), Maciço de Baturité (13 unidades), Serra da Ibiapaba (25 unidades), Sertão Central (06 unidades), Sertão de Canindé (28 unidades), Sertão de Sobral (2.266 unidades), Sertão dos Crateús (15 unidades), Sertão dos Inhamuns (6 unidades), Vale do Jaguaribe (158 unidades), por meio do Projeto PMCMV, nas modalidades FAR e SUB-50.2 e ainda por meio do Programa de Cooperação Federativa / PCF, beneficiando aproximadamente 29.573 pessoas.

O atraso de repasse de recursos da União para os empreendimentos em execução impactou o ritmo das obras, o que pode acarretar atraso na entrega das unidades.

Em decorrência da situação econômica pela qual atravessa o país, verifica-se desde 2015 uma redução do número de contratações de operações do PMCMV, assim como o contingenciamento de recursos do Governo Federal. Esses fatores impactaram negativamente no realizado do produto ao final de 2016 em relação à meta planejada.

Em 2016, foi possível realizar a contratação de mais 576 unidades habitacionais no município de Fortaleza, relativo aos Residenciais Ana Facó e Heloneida Studart por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana/PNHU-FAR, modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

4.2. Iniciativa 022.1.02 – Oferta de moradia de interesse social – Rio Maranguapinho – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade)

O Produto Unidade Habitacional Entregue corresponde a 128 unidades habitacionais do Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho.

As obras de construção do Residencial Santo Sátiro encontram-se com 55% dos serviços executados.

Houve necessidade de realizar alterações no projeto, quanto ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e a pavimentação de vias, não sendo possível atingir a meta em 2016.

Além disso, a construtora apresentou desempenho abaixo do esperado, alegou dificuldades financeiras, e paralisou a obra aguardando aprovação de replanejamento que encontra-se na CAIXA.

4.3. Iniciativa 022.1.04 – Oferta de moradia de interesse social – Dendê – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade)

Trata-se da oferta de 1.080 unidades habitacionais no Residencial Dendê, no bairro Edson Queiroz, para as famílias da Comunidade Dendê que atualmente ocupam de forma irregular a área de preservação do Rio Cocó (baixada), bem como para as famílias daquela comunidade cujas casas serão atingidas pela obra de urbanização, com a abertura de vias.

O Residencial Dendê contempla 1.080 unidades habitacionais, das quais 600 unidades estavam programadas para 2016 e 480 unidades programadas para 2017. A obra do Residencial encontra-se com 59,12% dos serviços executados.

As 600 unidades habitacionais que estavam programadas para 2016, distribuídas nas Quadras 3 (222 unidades com 63% executado), Quadra 4 (222 unidades com 78% executado) e Quadra 5 (156 unidades com 93% executado), não foram entregues porque a obra da Estação Elevatória de esgoto não foi iniciada em virtude da CAIXA não ter concluído a aprovação do replanilhamento.

As principais dificuldades encontradas no período de jan-dez/2016 foram à readequação do projeto de abastecimento de água e esgoto, elaborado em conjunto com a Cagece; a demora do início de obra do sistema de abastecimento de água pela Cagece; a necessidade de replanilhamento de parte dos serviços e a demora na aprovação desse replanilhamento pelo agente financeiro CAIXA.

A mudança das famílias para o residencial depende, além da conclusão da obra, da consolidação da adesão a ser feita pela equipe social, após a contratação da Gerenciadora, que se encontra em processo final de licitação.

4.4. Iniciativa 022.1.05 – Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais na área urbana – Produto 1119 – Unidade habitacional reformada (unidade)

O Produto Unidade Habitacional Reformada refere-se à unidade habitacional modificada em sua estrutura, melhorada, inclusive com a possibilidade de construção/recuperação de espaços internos.

A programação de 1.000 unidades para 2016 refere-se à expectativa de conveniar com a Prefeitura Municipal de Fortaleza a reforma de unidades habitacionais nesse município.

Uma vez que não houve entendimentos em tempo hábil, entre Estado e Município de Fortaleza, quanto ao valor da participação financeira de cada ente, ficou prejudicada a execução do projeto.

4.5. Iniciativa 022.1.06 – Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais – Dendê – Produto 1119 – Unidade habitacional reformada (unidade)

O produto Unidade Habitacional Reformada consiste na construção de banheiros em unidades habitacionais na área da Comunidade Dendê, as quais não dispõem desse equipamento ou onde esse equipamento é precário. As famílias serão selecionadas de acordo com o perfil definido pela Equipe Social do Projeto Dendê.

Consiste, ainda, em medidas reparatórias que serão executadas pela empresa contratada para executar a urbanização, à medida que houver imóveis parcialmente atingidos com o avanço das obras.

A obra de urbanização, que inclui as melhorias habitacionais foi licitada em dezembro/ 2016, e o início das referidas melhorias está previsto para 2017. O atraso deve-se a alterações necessárias no projeto de urbanização, para atender demandas da comunidade, e as reaprovações dessas alterações nos órgãos competentes.

4.6. Iniciativa 022.1.07 – Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais do meio rural – Produto 1334 – Fogão sustentável instalado (unidade)

O Produto Fogão Sustentável Instalado refere-se a equipamento com maior eficiência energética, constituído de uma estrutura metálica, com quadro de alumínio e guarnições em chapa de aço esmaltado, contendo duas bocas, forno e gaveta para retenção de cinzas, e chaminé metálica para exaustão de fumaça.

No período de jan-dez/2016 foram entregues e montados 3.139 fogões sustentáveis nas regiões do Cariri (468 unidades), Centro Sul (30 unidades), Grande Fortaleza (389 unidades), Litoral Leste (315 unidades), Litoral Norte (132 unidades), Litoral Oeste/Vale do Curu (102 unidades), Maciço de Baturité (656 unidades), Serra de Ibiapaba (96 unidades), Sertão Central (94 unidades), Sertão de Canindé (82 unidades), Sertão de Sobral (172 unidades), Sertão dos Crateús (277) e Vale Jaguaribe (326 unidades), beneficiando aproximadamente 13.027 pessoas.

Dos 3.139 fogões entregues em 2016, 1.227 fogões sustentáveis são referentes a recursos de 2015 e 1.912 fogões sustentáveis com recursos do orçamento de 2016.

4.7. Iniciativa 022.1.08 – Execução das ações de regularização fundiária urbana – Produto 1335 – Título entregue (unidade)

O produto Título Entregue refere-se a documento entregue a família que garante a propriedade ou a posse de sua moradia para fins de registro no cartório de imóveis.

No período de janeiro a dezembro/2016 não foi realizada entrega, contudo foi iniciado o trabalho em Sobral, em Fortaleza e Juazeiro do Norte para a entrega de mais de 10.000 (dez mil) títulos.

Por fim, ressalte-se que a programação 2016 não obteve o financiamento para a execução do projeto de regularização fundiária dos perímetros urbanos municipais.

4.8. Iniciativa 022.1.11 – Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural – Produto 1318 – Unidade habitacional entregue (unidade)

Refere-se à entrega de Unidades Habitacionais de Interesse Social, direcionada às famílias na zona rural, tendo por público alvo os agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV/PNHR) do Governo Federal, executado em parceria com o Governo do Estado do Ceará, por meio de Termo de Cooperação e Parceria - TCP, firmado entre o Agente Financeiro, a Secretaria das Cidades e a Entidade Organizadora proponente.

No período de janeiro a dezembro 2016 foram entregues 518 unidades habitacionais nas seguintes regiões: Cariri (114 unidades), Centro Sul (70 unidades), Grande Fortaleza (110 unidades), Litoral Leste (12 unidades), Litoral Norte (39 unidades), Litoral Oeste/Vale do Curu (121 unidades), Maciço de Baturité (25 unidades), Sertão Central (17 unidades), Sertão de Sobral (4 unidades) e Sertão dos Crateús (6 unidades), beneficiando aproximadamente 2.134 pessoas (4,12 pessoas por unidade).

A redução do volume de contratação em 2015 em função do contingenciamento de recursos do Governo Federal, provocado pela crise econômica pela qual o país atravessa, impacta na entrega desse produto em 2016, e poderá impactar também nos anos seguintes.

Em 2016, foi possível realizar a contratação de mais 103 unidades habitacionais nos municípios de Itapipoca (13), Paraipaba (12), Pentecoste (9), Trairi (13), Sobral (5), Catunda

(26) e Parambu (25) por meio do Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR, modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

5. Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025)

O Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 11 (onze) iniciativas- produtos das quais 10 (dez) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da entidade vinculada Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), e pelas áreas de negócio Coordenadoria de Saneamento (Cosan), Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (025) – Órgão Executor Secretaria das Cidades e Cagece – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
025.1.01 - Implantação do serviço de abastecimento de água	537 - Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	Cagece	1	0	0,00
025.1.02 - Melhoria do serviço de abastecimento de água	538 - Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	Cagece	2	0	0,00
025.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água	1073 - Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)	Cagece	7	0	0,00
025.1.05 - Apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento	425 - Plano elaborado (unidade)	SCIDADES/ Cosan	1	0	0,00
025.1.06 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário	542 - Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)	Cagece	8	0	0,00
025.1.07 - Ampliação do serviço de esgotamento sanitário	1074 - Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)	Cagece	12	1	8,33
025.1.08 - Melhoria do serviço de esgotamento sanitário	543 - Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)	Cagece	1	0	0,00

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
025.1.09 - Promoção de ações socioambientais de educação e saúde	407 - Pessoa beneficiada (unidade)	Cagece	149.421	313.561	209,85
025.1.10 - Manejo de águas pluviais	1081 - Drenagem implantada (unidade)	SCIDADES/ Courb	2	0	0,00
025.1.12 - Otimização de sistemas de esgotamento sanitário	324 - Ligação domiciliar de esgoto realizada (unidade)	SCIDADES/ Cosan	5.606	0	0,00

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

5.1. Iniciativa 025.1.01 – Implantação do serviço de abastecimento de água – Produto 537 – Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)

O Produto Sistema de abastecimento de água implantado refere-se à implantação do serviço em localidades onde não há abastecimento de água. Esse sistema deverá ser composto por captação, adução (quando necessário), tratamento, reservação, rede de distribuição e ligações prediais.

Encontra-se em fase de captação de recursos o empreendimento de implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Caucaia (Praias Oeste Vila do Cumbuco).

5.2. Iniciativa 025.1.02– Melhoria do serviço de abastecimento de água – Produto 538 – Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)

O Produto Sistema de abastecimento de água melhorado refere-se à melhoria do serviço, que ocorre principalmente através de obras para a substituição de tubulações, aquisição de equipamentos, adequação dos laboratórios de análise, adequação de estações de tratamento de água para atendimento aos padrões de potabilidade e às condicionantes de licenciamento ambiental.

Na Região 3, a obra emergencial referente à execução da adutora de água tratada para o município de Aquiraz encontra-se com 52% de execução. Encontra-se paralisada devido à necessidade de aguardar fornecimento de material.

A execução da adutora de água tratada destina-se ao atendimento do polo farmacológico de saúde no município de Eusébio-CE, encontra-se em andamento com 41% de execução. Embora houvesse autorização do chefe do executivo, faltou aprovação do limite financeiro e do orçamento para fornecimento de materiais e equipamentos.

Quanto a Região 9, estava prevista a perfuração de poços, que encontra-se em fase de captação de recursos.

5.3. Iniciativa 025.1.03 – Ampliação do serviço de abastecimento de água – Produto 1073 – Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)

O produto Sistema de abastecimento de água ampliado é obtido por meio da ampliação da captação e/ou construção de novas adutoras, ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Água e/ou aumento da rede de distribuição e ligações domiciliares em sistemas existentes.

Havia 5 (cinco) empreendimentos referentes à ampliação de sistemas de abastecimento de água programados na Região 3:

- Estação de Tratamento de Água (ETA) Oeste: Obra em execução, faltando medição final, e aguardando a finalização da automação para conclusão da obra. Primeiro pregão para aquisição das bombas foi revogado e edital encontra-se em elaboração. O edital para aquisição do leito filtrante encontra-se na DDO para análise. Edital para aquisição dos inversores encontra-se em elaboração na GEMAE).
- Capuan, em Caucaia: Obra paralisada com 34% de execução. O aditivo em andamento com problemas para liberação de trecho pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
- Residencial São Luis, em Pacatuba: Obra com execução física concluída. Aguardando medição final.
- Residencial Cidade Jardim, em Fortaleza: Obra paralisada. O projeto foi readequado e ensejou um aditivo de valor e prazo que está tramitando na Cagece para posterior envio à CAIXA.
- Açude da Viúva e Urucutuba e Tatumundé, em Caucaia: Contrato em rescisão com 0% de execução, devido à inidoneidade da empresa BT Serviços. Obra será relicitada.

Foi programada a conclusão de 2 (duas) obras para a Região 11:

- Jaibaras, em Sobral: Obra paralisada com 33% de execução. Aditivo de readequação de projeto em andamento.
- Aprazível e Ipueirinhas, em Sobral: Recurso foi cancelado e obra será rescindida.

5.4. Iniciativa 025.1.05 – Apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento – Produto 425 – Plano elaborado (unidade)

O produto Plano elaborado refere-se ao documento Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que contém a exposição ordenada das ideias para a implantação gradual de serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Os PMSBs são instrumentos de planejamento e gestão do saneamento básico em âmbito municipal, e têm como objetivo conhecer a situação atual dos municípios e planejar as ações e alternativas para a universalização dos serviços públicos de saneamento.

A elaboração dos PMSBs encontra-se fundamentada na Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O novo prazo para elaboração dos PMSBs, instituído pelo Decreto Federal Nº 8.629/2015, é dezembro/2017. Os órgãos federais relacionados aos PMSBs são o Ministério das Cidades (MCidades) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Em 2016 não houve entrega de PMSBs, embora estivesse programado PMSB para o município de Quixeramobim, na Região do Sertão Central. Até dezembro de 2016, o referido PMSB estava com sua fase de diagnóstico concluída, ou seja, um percentual equivalente a 60% do total do projeto. Foi realizada audiência pública para apresentar os diagnósticos obtidos e, posteriormente, quando finalizado o projeto, deverá ser feita outra audiência pública, a fim de aprová-lo. Contudo, as mudanças referentes à alteração da gestão municipal atrasaram o processo, sendo necessário reprogramar a entrega.

Paralelamente, a Secretaria das Cidades, ao final do primeiro semestre de 2016, iniciou o contrato com a consultoria responsável pela elaboração de 14 PMSBs (municípios de Aracati, Cariré, Coreaú, Forquilha, Icapuí, Irauçuba, Jaguaratama, Jaguaribe, Jaguaruana,

Massapê, Quixeré, Russas, Santana do Acaraú e Tabuleiro do Norte). Até dezembro foram contatadas as prefeituras municipais envolvidas e iniciadas as visitas de campo, tendo sido entregue a versão preliminar do diagnóstico. Além desses, estão sendo elaborados com o apoio da Cagece os PMSBs de Aquiraz e Tianguá. Ambos planos tiveram a primeira audiência, relativa ao diagnóstico, mas, em virtude de atrasos referentes à mudança de gestão, não se pôde ainda realizar a segunda audiência pública. Nesses termos, assim como o Plano Municipal de Quixeramobim, devem ser concluídos somente em 2017.

As principais dificuldades enfrentadas para a elaboração dos PMSBs ainda permanecem: falta de recursos financeiros específicos, de acesso a informações primárias e a ausência de profissionais capacitados nas prefeituras. Apesar de o período eleitoral ter sido incluído na programação das atividades, o cronograma de atividades foi afetado, considerando a dificuldade de mobilização social na referida época e as dificuldades inerentes às mudanças de gestão nas prefeituras.

5.5. Iniciativa 025.1.06 – Implantação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 542 – Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)

O Produto Sistema de esgotamento sanitário implantado refere-se à implantação do serviço de esgotamento sanitário, que consiste em ligações domiciliares, rede coletora de esgoto, coletor tronco, estação elevatória, linha de recalque, estação de tratamento de esgoto e emissário final.

Os oito sistemas de esgotamento sanitário programados para 2016 não foram concluídos. Três encontram-se em andamento, três em atividades preparatórias e dois em fase de captação de recursos.

5.6. Iniciativa 025.1.07 – Ampliação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 1074 – Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)

O Produto Sistema de esgotamento sanitário ampliado refere-se à ampliação do serviço de esgotamento sanitário, em sistemas urbanos, que na maioria dos casos ocorre através da construção de novas redes coletoras de esgoto, estações elevatórias e linhas de recalque.

Em sistemas mais afastados, também pode ser necessária a construção de Estações Elevatórias de esgoto e emissário final.

Na Região 3 foi concluída a obra do sistema de esgotamento sanitário do conjunto residencial Aldemir Martins, no Sítio Ancuri; há uma obra em andamento com 52% de execução (na sede de Horizonte), e há uma obra em contratação, cujo contrato encontra-se em elaboração no setor jurídico (Rede coletora do projeto de urbanização Vila do Mar), há quatro obras em atividades preparatórias e dois contratos rescindidos.

Na Região 8 há uma obra paralisada devido à necessidade de readequação do projeto e uma com pendência de aditivo. Na Região 11, há uma obra em fase de captação de recursos, o sistema de esgotamento sanitário de Cariré.

5.7. Iniciativa 025.1.08 – Melhoria do serviço de esgotamento sanitário – Produto 543 – Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)

O Produto Sistema de esgotamento sanitário melhorado refere-se a melhoria do serviço de esgotamento sanitário, que ocorre através da substituição de redes condominiais por convencionais e ainda, acréscimo de reatores anaeróbios nas Estações de Tratamento de Esgoto.

Em 2016 não houve entrega do produto sistema de esgotamento sanitário melhorado.

Encontra-se em fase de elaboração de projeto a obra do sistema de esgotamento sanitário de Inhuçu, em São Benedito, na Região 8.

5.8. Iniciativa 025.1.09 – Promoção de ações socioambientais de educação e saúde – Produto 407 – Pessoa beneficiada (unidade)

O produto Pessoa Beneficiada se refere à quantidade de indivíduos sensibilizados pelas ações focadas no desenvolvimento de uma educação sanitária e ambiental, promovidas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram realizadas 116.500 ações socioambientais em todo o Estado do Ceará, culminando em 313.561 pessoas beneficiadas.

O fator positivo que propiciou a execução das ações socioambientais durante o período mencionado foi a boa aceitação e a participação efetiva dos públicos-alvo nas propostas de envolvimento da população sugeridas pela Companhia.

Acredita-se que tal fator tenha sido reforçado pelo atual momento de discussão sobre as questões ambientais globais e que, conseqüentemente, incentivam o despertar da população para o desenvolvimento de ações locais e manifestações individuais de colaboração. Especificamente com relação às ações da Campanha Todos pela Água foram realizadas 555 palestras educativas com a sensibilização de 26.552 pessoas e a realização de 117 teatros, com a participação de 16.754 pessoas.

A Cagece participou de 107 eventos socioeducativos, nos quais foram distribuídos os materiais da campanha (botons, adesivos para carros, cartazes, adesivos para banheiro, folders e cartilhas) e apresentados os mascotes Pingo, Gota e Super A, com um alcance de aproximadamente 19.764 pessoas.

Em síntese, ressalta-se como oportunidade para a propagação do produto Pessoa Beneficiada, no ano 2016, o início da Campanha Todos Pela Água, assim como a intensificação de ações socioambientais em Fortaleza e no interior do Estado, visando a sensibilização da população beneficiária para o uso responsável da água, bem como para a compreensão da importância do uso correto da rede coletora de esgoto.

Identifica-se como possível ameaça à oferta do produto em 2016, as ingerências políticas decorrentes de um ano eleitoral, as quais podem limitar algumas etapas de desenvolvimento das ações pensadas pela Cagece para atingir um maior público.

5.9. Iniciativa 025.1.10 – Manejo de águas pluviais – Produto 1081 – Drenagem implantada (unidade)

O produto drenagem implantada abrange um conjunto de medidas (ações de drenagem subterrânea, drenagem superficial em pavimentações, rebaixamento de leito de córregos e limpeza, construção de drenos abertos, instalação de drenos subterrâneos) que tem como objetivo minimizar os riscos de enchentes e inundações, enxurradas, causadas pelos transbordos dos aquíferos e chuvas torrenciais que a população está sujeita, diminuindo, desta forma, os prejuízos causados e possibilitando o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e sustentável.

As ações de drenagem nesta iniciativa restringem-se a implantação de bueiros subterrâneos em córregos e áreas com potencial de alagamento, drenagem superficial ou subterrânea em

obras de construção ou ampliação de vias públicas, como também a escavação de córregos para drenagem de áreas urbanizáveis.

Não entrega do produto drenagem implantada em 2016. Havia a expectativa de formalização de convênio com o município de Tabuleiro do Norte, na Região do Vale do Jaguaribe, com o objetivo de drenar e urbanizar o canal da Rua Pio Afonso Chaves, mas por problemas no processo de formalização (pendências na entrega de documentações pela Prefeitura Municipal) não houve a celebração do instrumento.

5.10. Iniciativa 025.1.12 – Otimização de sistemas de esgotamento sanitário – Produto 324 – Ligação domiciliar de esgoto realizada (unidade)

O produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada refere-se ao serviço realizado por empresa especializada, que, utilizando-se de tubulação, dispositivos e caixa de inspeção, interliga a rede de coleta pública de esgoto à instalação predial do cidadão.

Relaciona-se à meta do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Programa para Resultados (PforR), celebrado entre o Estado do Ceará e o Banco Mundial.

Não houve execução do produto em 2016, em virtude da atualização de projeto e do orçamento, realizada em março de 2016, por meio do qual foi identificado que o número de ligações domiciliares realizadas para o PPA 2016-2019 será reduzido de 11.213 para 10.202 ligações: Acaraú (77); Alcântaras (99); Aquiraz (112); Barbalha (343); Barroquinha (169); Caucaia (1.527); Eusébio (127); Forquilha (373); Fortaleza (4.814); Guaiúba (295); Jijoca de Jericoacoara (74); Juazeiro do Norte (1.014); Maranguape (407); Massapê (302); Pacatuba (66) e São Gonçalo do Amarante (403).

6. Programa Revitalização de Áreas Degradadas (027)

O Programa Revitalização de Áreas Degradadas tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 10 (dez) iniciativas-produtos das quais 8 (oito) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio das áreas de negócio Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza (UGP RMF) e Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Revitalização de Áreas Degradadas (027) – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
027.1.01 - Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	45 - Área urbanizada (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	4	0	0,00
027.1.02 - Urbanização das margens do Rio Cocó	45 - Área urbanizada (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	2	0	0,00
027.1.03 - Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê	45 - Área urbanizada (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	1	0	0,00
027.1.04 - Demarcação da área de proteção ambiental e recuperação da mata ciliar do Rio Maranguapinho	1458 - Área demarcada (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	1	0	0,00
027.1.05 - Acesso às famílias a educação e saúde, nos Projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê	1337 - Equipamento social construído (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	5	0	0,00
027.1.06 - Construção de reservatórios para controle de cheias do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó	72 - Barragem construída (unidade)	SCIDADES/UGP RMF	1	0	0,00

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
027.1.07 - Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó	175 - Dragagem executada (Km)	SCIDADES/ UGP RMF	7	0	0,00
027.1.08 - Urbanização das margens de recursos hídricos	45 - Área urbanizada (unidade)	SCIDADES/ Courb	2	0	0,00

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

6.1. Iniciativa 027.1.01 – Urbanização das margens do Rio Maranguapinho – Produto 45 – Área urbanizada (unidade)

O Produto Área urbanizada corresponde a trechos às margens do Rio Maranguapinho, entre segmentos de ruas transversais, com via paisagística, ciclovia, passeios e áreas de lazer e esporte:

- Trecho Zero (entre Av. Mister Hull a Av. Coronel Carvalho).
- Trecho III A Margem Direita (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense).
- Trecho III A Margem Esquerda (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense).
- Trecho II Margem Direita (entre a Av. Fernandes Távora e Av. Osório de Paiva).
- Trecho III B (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário).
- Trecho IV (situado entre o Anel Viário e a Barragem)

O Produto Área urbanizada inclui 4 áreas programadas para 2016:

- Trecho III A Margem Direita (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense), com 10,36% dos serviços executados.
- Trecho III A Margem Esquerda (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense), com 94,83% dos serviços executados.
- Trecho II Margem Direita (entre a Av. Fernandes Távora e Av. Osório de Paiva), com 83,43% dos serviços executados.
- Trecho III B (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário), com 66,34% dos serviços executados.

Não houve entrega do produto Área urbanizada em 2016. As dificuldades do período em análise estiveram relacionadas ao Trecho III B que esteve paralisado no começo do ano, devido ao replanejamento dos quantitativos executados.

Além disso, a execução desses 4(quatro) trechos ficou prejudicada em 2016 devido as chuvas no começo do ano, que atrapalharam os serviços de terraplenagem, prejudicando o andamento das obras, além da dificuldade da construtora contratada em manter o ritmo da obra, ocasionada por dificuldades decorrentes da conjuntura econômica.

6.2. Iniciativa 027.1.02 – Urbanização das margens do Rio Cocó – Produto 45 – Área urbanizada (unidade)

O Produto Área urbanizada corresponde a trecho às margens do Rio Cocó, entre segmentos de ruas transversais, com via paisagística, ciclovia, passeios e áreas de lazer e esporte, incluindo 3(três) trechos:

- Trecho I - nas duas margens (entre a Av. Val paraíso e Av. Costa e Silva)
- Trecho II - nas duas margens (entre a Av. Costa e Silva e a Av. Paulino Rocha)
- Trecho III - nas duas margens

O Produto Área Urbanizada inclui duas áreas do Trecho III programadas para 2016, das quais apenas o Trecho III Margem Direita, foi executado nesse ano apresentando um percentual de execução acumulado de 80,34% dos serviços.

A dificuldade registrada no período está relacionada ao não cumprimento do cronograma, por parte da empresa contratada, ocasionando o atraso da obra.

6.3. Iniciativa 027.1.03 – Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê – Produto 45 - Área urbanizada (unidade)

O Produto Área Urbanizada refere-se a 3(três) trechos de urbanização na Comunidade Dendê, compreendendo pavimentação e/ou alargamento de vias existentes, construção de novas vias e passeios, construção de praças, galerias de drenagem e a desocupação da faixa de Proteção do Mangue do Cocó na área de intervenção do projeto (área da baixada), que contribuirá para a recuperação da flora e faunas nativas do mangue.

A obra de Urbanização, que inclui 3 (três) trechos, dos quais 1 programado para 2016, não foi executada. A licitação ocorreu somente em dez/16 e a previsão de início das obras ficou adiada para 2017. O atraso deveu-se a alterações necessárias no Projeto de Urbanização, para atender demandas da comunidade, e às reaprovações dessas alterações nos órgãos competentes.

6.4. Iniciativa 027.1.04 – Demarcação da área de proteção ambiental e recuperação da mata ciliar do Rio Maranguapinho – Produto 1458 – Área demarcada (unidade)

Trata-se de colocação de gradil ao longo da Urbanização do Rio, delimitando a área de proteção ambiental e a recomposição da mata ciliar, com plantio de espécies apropriadas.

A previsão era concluir a demarcação da área do Trecho I da Urbanização (Av. Mister Hall à Av. Fernandes Távora) até dez/2016, com a colocação de gradil ao longo da urbanização desse Trecho, nas duas margens do Rio Maranguapinho, demarcando fisicamente a área de APP já definida por decreto.

Em maio/2016 foi emitida a Ordem de Serviço para execução dos serviços, mas em agosto/2016 a empresa desistiu, pois encontrou a área com invasões e seus profissionais foram ameaçados de morte pelos invasores.

Além disso, o Ministério das Cidades informou, no final de agosto/2016, que o Projeto Maranguapinho PAC 1 deve ser concluído em 2018 e solicitou que o Estado verifique quais metas podem ser executadas e concluídas até essa data.

Diante do exposto, o governo decidiu retirar essa meta do escopo do Projeto Rio Maranguapinho.

6.5. Iniciativa 027.1.05 – Acesso às famílias a educação e saúde nos Projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê – Produto 1337 – Equipamento social construído (unidade)

O Produto Equipamento Social Construído refere-se a Creches (2), Escola (1), Unidade Básica de Saúde (1) e Delegacia Ambiental (1) para o atendimento das necessidades da população de determinada área do Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Rio Cocó e Projeto Dendê.

A previsão para 2016 era construir 4(quatro) Equipamentos sociais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, sendo 1 (uma) Escola, 1 (uma) Unidade Básica de Saúde, 1 (uma) Creche e 1 (uma) Delegacia Ambiental, e 1 (um) Equipamento social no Projeto Dendê, (Creche).Os projetos se encontram em fase de aprovação na CAIXA e na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

6.6. Iniciativa 027.1.06 – Construção de reservatórios para controle de cheias do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó – Produto 72 – Barragem construída

O produto principal desta iniciativa refere-se a construção de barragem de controle de cheias para evitar alagamento das margens do Rio Cocó.

Adicionalmente registra-se as obras complementares necessárias ao funcionamento das Barragens Maranguapinho e da Barragem Cocó.

A obra da Barragem Cocó está em construção com 98% dos serviços executados, estava com previsão de conclusão em dez/2016. Houve necessidade de acréscimo de alguns serviços, a exemplo de via de acesso à barragem e a construção de canal de drenagem para proteção de torres da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), cujos projetos foram para aprovação da CAIXA, o que demorou atrasando a conclusão da obra que passou para mar/2017.

As obras complementares da estrada de contorno da Barragem Maranguapinho, estrada de acesso ao Residencial Lupe de Paula.

6.7. Iniciativa 027.1.07 – Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó – Produto 175 – Dragagem executada (km)

O Produto Dragagem Executada (km) refere-se à remoção de material do leito dos rios Maranguapinho e Cocó, no sentido de mantê-los nas suas calhas, evitando o transbordamento e conseqüente alagamento nas suas margens.

Não foi possível iniciar a execução dos serviços de dragagem do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó, pois foi necessário rever os projetos e atualizar os orçamentos datados de 2009, o que demanda um tempo maior do que o programado pela complexidade dos serviços, principalmente para o Cocó, que possui um trecho em Área de Preservação Permanente

(APP), o que impede a execução dos serviços de dragagem de forma convencional.

Dessa forma, para o Projeto Maranguapinho, registra-se a conclusão da revisão dos projetos e seu encaminhamento à CAIXA para análise, ocorrido em set/16, com solicitação de várias complementações. Assim, o processo de licitação não iniciou em novembro/2016.

Para o Projeto Cocó, faz-se necessária a elaboração de novo projeto, tendo em vista as dificuldades de execução no trecho de Área de Preservação Permanente (APP) da forma prevista. O Termo de Referência encontra-se em elaboração. A previsão de iniciar o processo licitatório era final de outubro/16. A Unidade Gerencial de Projeto aguarda propostas de três empresas, para definir o valor da licitação. O ano de 2017 será dedicado a elaboração desse novo Projeto e sua aprovação nos órgãos competentes, ficando a licitação e execução dos serviços de dragagem para o ano de 2018.

6.8. Iniciativa 027.1.08 – Urbanização das margens de recursos hídricos – Produto 45 – Área urbanizada (unidade)

Refere-se a urbanização de áreas localizadas às margens de recursos hídricos (rios, açudes, lagoas etc.).

No período de janeiro a dezembro/2016 não houve entrega do produto área urbanizada às margens de recursos hídricos. A não execução da meta programada para 2016 está relacionada à falta de recursos de Prefeituras Municipais e do Estado do Ceará, em decorrência da situação econômica do país e da diminuição nas receitas de arrecadação.

A demora das Prefeituras para regularizar seus cadastros, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia; a lentidão na execução das obras; a demora em apresentar as prestações de contas, comprovando a boa e regular aplicação de recursos e regularizar as situações de inadimplência financeira, também são fatores que podem retardar a execução deste produto.

Encontra-se em execução no município de Uruoca, na Região 5, a obra de Reforma da Primeira Etapa do Balneário José Ozo Pessoa, com 85% dos serviços executados.

7. Programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no meio rural (032)

O Programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no meio rural tem como órgão Gestor a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). É composto por 8 (oito) iniciativas-produtos das quais 5 (cinco) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da área de negócio Coordenadoria de Saneamento (Cosan):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no meio rural (032) – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
032.1.02 - Implantação do serviço de abastecimento de água	537 - Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	Cosan	378	64	16,93
032.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água	1355 - Sistema de abastecimento de água expandido (unidade)	Cosan	39	0	0,00
032.1.04 - Melhoria do serviço de abastecimento de água	538 - Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	Cosan	16	0	0,00
032.1.05 - Implementação de solução domiciliar de esgotamento sanitário	305 - Kit sanitário implantado (unidade)	Cosan	405	15	3,70
032.1.07 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário	542 - Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)	Cosan	15	0	0,00

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

7.1. Iniciativa 032.1.02 – Implantação do serviço de abastecimento de água – Produto 537 – Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)

O produto Sistema de Abastecimento de Água Implantado trata de solução coletiva, econômica e definitiva para o abastecimento de água de uma comunidade. Ele consiste em captar a água a partir de um manancial subterrâneo ou superficial como, por exemplo, um poço ou um açude, e distribuir essa água por meio de uma rede adutora levando-a até os domicílios. Esse serviço visa atender comunidades rurais com escassez de água, minimizando ou solucionando o problema de abastecimento.

Dos 378 Sistemas de Abastecimento de Água, 16 (dezesesseis) haviam sido programados pela Secretaria das Cidades, sendo 6 (seis) por meio do Programa de Saneamento Rural Ceará II, com execução a ser realizada pela Cagece, e 10 (dez) por meio do Projeto Integração São Francisco PISF, com execução a ser realizada pela Coordenadoria de Saneamento (três obras com licitação agendada para janeiro de 2017 e as demais em atividades preparatórias para licitação das obras). Os outros 362 Sistemas de Abastecimento de Água haviam sido programados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), por meio do Projeto São José.

Em relação ao Programa de Saneamento Rural Ceará II, no ano de 2016 houve a implantação de um sistema de água na zona rural do município de Banabuiú no Programa de Saneamento Rural Ceará II.

As 5 (cinco) implantações restantes deste Programa, foram adiadas para o primeiro trimestre de 2017 devido a atrasos na medição final das obras.

A complexidade do produto e a necessidade de readequação dos projetos existentes (disponibilizados pelo Ministério da Integração) decorrente das inconsistências identificadas em aspectos técnicos e financeiros foram fatores que contribuíram para a não execução total da meta.

7.2. Iniciativa 032.1.03 – Ampliação do serviço de abastecimento de água – Produto 1335 – Sistema de abastecimento de água expandido (unidade)

O Sistema de Abastecimento de Água Expandido é um sistema de abastecimento de água que através de um conjunto de obras (expansão da rede, aumentando a tubulação que distribui a água) tem sua capacidade de atendimento ampliada, ou seja, beneficia um número maior de pessoas em relação ao número para o qual foi inicialmente projetado e construído.

Das 39 ampliações programadas em 2016, duas ainda estavam em andamento (Programa de Saneamento Básico Ceará II) em dezembro/2016. As outras 37 serão provenientes do Programa de Saneamento Básico Ceará IV, cuja expectativa inicial de assinatura do contrato era dezembro/2015, e que ainda não foi efetivada em 2016.

Algumas decisões foram tomadas na missão com o banco financiador desse projeto, ocorrida em dezembro de 2016. Nesta missão definiu-se que o Programa seria preparado durante o ano de 2017 e que até fevereiro de 2018 o contrato seria assinado. Em abril de 2017 haverá outra missão para discutir as condições contratuais.

O adiamento do Programa Ceará IV ocorreu por questões institucionais junto ao órgão financiador, o que demandou a necessidade de reprogramação deste produto. Além disso, a crise hídrica representa risco considerável ao andamento do projeto, tendo em vista a possibilidade de falta de manancial para a construção dos sistemas. Entre os fatores de risco, cita-se ainda a crise financeira que causa flutuação dos preços dos produtos de construção civil, impactando o andamento das obras e o equilíbrio econômico-financeiro das construtoras.

7.3. Iniciativa 032.1.04 – Melhoria do serviço de abastecimento de água – Produto 538 – Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)

O produto desta iniciativa, Sistema de Abastecimento de Água Melhorado é um sistema de abastecimento de água que através de um conjunto de ações (substituição de tubulação, retirada de vazamentos na rede, troca de bomba para aumento de pressão etc.) tem suas características e/ou componentes melhorados.

Das 16 (dezesesseis) melhorias previstas, somente 1 (uma) melhoria no município de Russas,

que pertence ao Programa de Saneamento Básico Ceará II, estava em andamento em dezembro de 2016.

As outras 15 (quinze) são provenientes do Programa de Saneamento Básico Ceará IV, cuja expectativa inicial de assinatura do contrato era dezembro de 2015, mas até dezembro de 2016 não foi efetivada.

Algumas decisões foram tomadas na missão com o banco financiador desse projeto, ocorrida em dezembro de 2016. Nesta missão ficou definido que o Programa seria preparado durante o ano de 2017 e que até fevereiro de 2018 o contrato será assinado. Em abril de 2017 haverá outra missão para discutir as condições contratuais.

A preparação do programa, a escolha das comunidades a serem beneficiadas e a elaboração de projetos para licitação demandaram um tempo maior do que o esperado, o que ocasionou o não cumprimento das metas.

7.4. Iniciativa 032.1.05 – Implementação de solução domiciliar de esgotamento sanitário – Produto 305 – Kit sanitário implantado (unidade)

O produto Kit Sanitário Implantado refere-se a melhorias sanitárias domiciliares que são intervenções promovidas nas residências, com o objetivo de atender às necessidades básicas de saneamento das famílias por meio de instalações hidrossanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares.

Dos 405 (quatrocentos e cinco) kits sanitários previstos, foram entregues 11 (onze) kits na Região Litoral Leste (município de Aracati) e 4 (quatro) no Sertão Central (município de Quixadá) em 2016. Esses produtos são provenientes do Programa Ceará III.

Os 390 (trezentos e noventa) kits remanescentes dependem da assinatura do contrato do Programa Ceará IV, cuja expectativa inicial de assinatura do contrato era dezembro de 2015, mas ainda não foi efetivada. A preparação do programa, a escolha das comunidades a serem beneficiadas e a elaboração de projetos para licitação estão demandando um tempo maior do que o esperado.

Adicionalmente, algumas decisões foram tomadas na missão com o banco financiador

desse projeto, ocorrida em dezembro de 2016. Nesta missão ficou definido que o Programa seria preparado durante o ano de 2017 e que até fevereiro de 2018 o contrato seria assinado. Em abril de 2017 haverá outra missão para discutir as condições contratuais.

7.5. Iniciativa 032.1.07 – Implantação do serviço de esgotamento sanitário – Produto 542 – Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)

Um sistema de esgotamento sanitário é composto por um conjunto de obras e instalações, executadas para propiciar o transporte, tratamento e disposição final das águas residuárias de uma comunidade, de forma adequada do ponto de vista sanitário.

Dos 15 (quinze) sistemas de esgotamento sanitário programados para 2016, somente 1 (um) no município de Pedra Branca, que pertence ao Programa de Saneamento Básico Ceará III, está em andamento, com previsão de conclusão em 2017. Considerando que a obra leva nove meses para ser concluída, e que a ordem de serviço foi emitida em setembro de 2016, não houve tempo hábil para a entrega.

As demais 14 (catorze) obras dependem da assinatura do contrato do Programa Ceará IV, cuja expectativa inicial de assinatura do contrato era dezembro de 2015, mas até o encerramento do exercício de 2016 não foi efetivado.

A preparação do programa, a escolha das comunidades a serem beneficiadas e a elaboração de projetos para licitação estão demandando um tempo maior do que o esperado. Adicionalmente, algumas decisões foram tomadas na missão com o banco financiador desse projeto, ocorrida em dezembro de 2016. Nesta missão ficou definido que o Programa seria preparado durante o ano de 2017 e que até fevereiro de 2018 o contrato seria assinado. Em abril de 2017 haverá outra missão para discutir as condições contratuais.

8. Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040)

O Programa Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). É composto por 9 (nove) iniciativas-produtos das quais 7 (sete) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio das áreas de negócio Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb), UGP I –Cariri Central, UGP II –Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe e pela entidade vinculada DETRAN-CE:

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos (040) – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA	Meta 2016		% Execução SCidades
			Progr PPA	Realiz PPA		Progr SCidades	Realiz SCidades	
040.1.01 - Ampliação da oferta de estruturas públicas administrativas	177 – Edificação pública administrativa construída (unidade)	SCIDADES/ Courb DAE	5	1	20,00	2	1	50,00
040.1.02 - Promoção de melhorias nas estruturas públicas administrativas	1356 – Edificação pública administrativa estruturada (unidade)	SCIDADES/ UGP II e Courb DAE	4	0	0,00	3	0	0,00
040.1.03 - Ampliação da oferta de estruturas públicas	1357 - Equipamento público construído (unidade)	SCIDADES/ Courb Seinfra DETRAN-CE DAE	59	14	23,73	2	4	200,00
040.1.04 - Promoção da melhoria nas estruturas públicas	1358 – Equipamento público estruturado (unidade)	SCIDADES/ Courb DETRAN-CE DAE	86	6	6,98	2	2	100,00
040.1.05 - Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social	1359 – Espaço público construído (unidade)	SCIDADES/ Courb DAE	26	10	38,46	20	10	50,00

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA	Meta 2016		% Execução SCidades
			Progr PPA	Realiz PPA		Progr SCidades	Realiz SCidades	
040.1.06 - Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social	1360 – Espaço público estruturado (unidade)	SCIDADES/ Courb DAE	31	3	9,68	29	3	10,34
040.1.07 - Reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe	1360 – Espaço público estruturado (unidade)	SCIDADES/ UGP I e UGP II	6	5	83,33	6	5	83,33

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

8.1. Iniciativa 040.1.01 – Ampliação da oferta de estruturas públicas administrativas – Produto 177 – Edificação pública administrativa construída (unidade)

O Produto Edificação Pública Administrativa Construída refere-se ao imóvel edificado para desenvolvimento de atividades meio da Administração estadual ou municipal.

A meta programada para 2016 incluía a construção de 5(cinco) Edificações públicas administrativas, das quais 2 (duas) pela Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e 3 (três) pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE).

No período de janeiro a dezembro de 2016 foi registrada pela Secretaria das Cidades a entrega de 1 (um) produto Edificação pública administrativa construída, o Prédio administrativo em Fortim, na Região 4-Litoral Leste.

Até dezembro de 2016, encontrava-se ainda em execução na Secretaria das Cidades a construção de 1(uma) Edificação Pública Administrativa no município de Iguatu, com percentual de execução de 41,3%.

As principais dificuldades enfrentadas para não execução deste produto são a demora da

Prefeitura para regularizar os seus cadastros de proponentes, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia, apresentar as prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularizar as situações de inadimplência financeira, entre outros.

Os desafios para a execução desse produto em 2016 estão relacionados à captação dos recursos do tesouro estadual necessários para o cumprimento dos cronogramas de desembolso estabelecidos nos planos de trabalho, bem como a melhor estruturação da equipe de técnicos para acompanhar as obras.

8.2. Iniciativa 040.1.02 – Promoção de melhorias nas estruturas públicas administrativas – Produto 1356 – Edificação pública administrativa estruturada (unidade)

O Produto Edificação Pública Administrativa Estruturada refere-se ao imóvel para desenvolvimento de atividades meio da Administração estadual ou municipal, cuja estrutura física foi reformada, recuperada, ampliada, restaurada ou até mesmo equipada.

A meta programada para 2016 incluía a estruturação de 4 (quatro) Edificações públicas administrativas das quais 3 (três) pela Secretaria das Cidades, sendo 2 (duas) pela Courb e 1 (uma) pela UGP II, a Reforma das instalações da entidade vinculada IDECI, e 1 (uma) pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE).

No período de janeiro a dezembro de 2016 não foi registrada pelo Órgão Executor Secretaria das Cidades entrega do produto Edificação pública administrativa estruturada.

Encontram-se em execução as atividades/obras/serviços na Secretaria das Cidades/Courb para a estruturação de 5 (cinco) Edificações públicas administrativas nos municípios de Iracema, Tauá, Croatá, Frecheirinha e Nova Olinda:

- Iracema - A execução física de 75% em setembro para 87,54% em dezembro.
- Tauá - Houve um aumento na execução física de 53,75% em setembro para 62,90%.
- Croatá - A execução física permaneceu em 50,42% desde setembro.
- Frecheirinha - Permaneceu com execução física de 90,03% desde junho.
- Nova Olinda - Permaneceu com execução física de 80% desde setembro.

Quanto à reforma do IDECI não será mais realizada pela Secretaria das Cidades/UGP II, em função de negociação junto com o banco financiador de que o próprio instituto assumiria a reforma, e posteriormente no início de 2017 pela decisão governamental de extinguir o Instituto, em decorrência da necessidade do governo reduzir os gastos com a Administração Pública para que possa continuar a receber os repasses da União.

Em geral, as principais dificuldades enfrentadas para a/na execução deste produto são a demora da Prefeitura para regularizar os seus cadastros de proponentes, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia ou à aquisição de bens, apresentar as prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularizar as situações de inadimplência financeira, entre outros.

8.3. Iniciativa 040.1.03 – Ampliação da oferta de estruturas públicas – Produto 1357 – Equipamento público construído (unidade)

O produto Equipamento Público Construído refere-se a edificações, a exemplo de mercados, bibliotecas, creches, galpões, centros de comercialização, abrigos, terminais rodoviários, salas de cinema, centros de velório e outros, os quais incluem elementos de acessibilidade, infraestrutura, urbanismo, paisagismo, dentre outros, construídas para a oferta de serviço público.

A meta programada para 2016 incluía a construção de 59 (cinquenta e nove) Equipamentos públicos, dos quais 2 (dois) pela Secretaria das Cidades/Courb, 3 (três) pela Secretaria da Infraestrutura (Seinfra), 2 (dois) pelo DAE e 52 (cinquenta e dois) pelo DETRAN-CE.

No período de janeiro a dezembro foram concluídas pela Secretaria das Cidades/Courb as obras referentes a construção de 4 (quatro) Equipamentos públicos:

- Construção de auditório no município de Antonina do Norte, na Região 1.
- Construção de Mercado do Peixe no município de Croatá, na Região 8.
- Construção do Cemitério Vertical de Tauá, na Região 13.
- Construção do Galpão das Artes no município de Jaguaribe, na Região 14.

A projeção da Região 7 de Baturité não se realizou, pois na iniciativa e ação específica, não havia projeto em execução.

8.4. Iniciativa 040.1.04 – Promoção da melhoria nas estruturas públicas – Produto 1358 – Equipamento público estruturado (unidade)

O produto Equipamento público estruturado refere-se a edificações, a exemplo de mercados, bibliotecas, creches, galpões, centros de comercialização, abrigos, terminais rodoviários, salas de cinema, centros de velório e outros, os quais incluem elementos de acessibilidade, infraestrutura, urbanismo, paisagismo, dentre outros, construídas para a oferta de serviços públicos.

A meta programada para 2016 incluía a estruturação de 86 (oitenta e seis) Equipamentos públicos, sendo 2 (dois) pela Secretaria das Cidades /Courb, 2 (dois) pelo DAE e 82 (oitenta e dois) pelo DETRAN-CE.

No período de janeiro a dezembro/2016 foram concluídas pelo Órgão Executor Secretaria das Cidades/Courb a estruturação de 2 (dois) Equipamentos públicos:

- Ampliação e Reforma da Rodoviária Municipal no município de Camocim, na Região 2.
- Reforma do Mercado Municipal no município de Cedro, na Região 5.

Para o ano de 2017 há a previsão de concluir pelo menos 5 obras que estão com execução física acima de 60%, 3 delas com execução maior ou igual a 90%.

8.5. Iniciativa 040.1.05 – Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social – Produto 1359 – Espaço público construído (unidade)

O produto Espaço público construído refere-se a áreas onde são edificadas praças, quadras poliesportivas e outros, que incluem elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros, destinadas ao uso da população.

A meta programada para 2016 incluía a construção de 26 (vinte e seis) Espaços públicos, dos quais 20 (vinte) pela Secretaria das Cidades/Courb e 6 (seis) pelo DAE.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram concluídas 10 obras pelo Órgão Executor

Secretaria das Cidades/Courb:

- 3 (três) praças, sendo 2 (duas) no município de Horizonte e 1 (uma) no distrito de Croatá em São Gonçalo do Amarante, na Região 3.
- 1(uma) praça em Bela Cruz, na Região 5.
- 1 (uma) praça no distrito de Araticum em Ubajara, na Região 8.
- 2 (duas) praças, sendo 1 (uma) no município de Mombaça e 1 (uma) no município de Senador Pompeu, na Região 9.
- 1(uma) praça no município de Varjota, na Região 11.
- 2 (duas) praças no município de Ipueiras, na Região 12.

Até dezembro de 2016 encontrava-se em execução pelo Órgão Executor Secretaria das Cidades a construção de 36 (trinta e seis) Espaços públicos em diversos municípios.

Em geral, as principais dificuldades enfrentadas para não execução deste produto são a demora da Prefeitura para regularizar os seus cadastros de proponentes, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia, apresentar as prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularizar as situações de inadimplência financeira, entre outros.

8.6. Iniciativa 040.1.06 – Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social – Produto 1360 – Espaço público estruturado (unidade)

O produto Espaço público estruturado refere-se a áreas de praças, quadras poliesportivas e outros, que incluem elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros, cujas estruturas foram reformadas, recuperadas, ampliadas, restauradas ou até mesmo equipadas, para uso da população.

A meta programada para 2016 incluía a estruturação de 31 (trinta e um) Espaços públicos, dos quais 29 (vinte e nove) pela Secretaria das Cidades/Courb e 2(dois) pelo DAE.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foi registrada pela Secretaria das Cidades/Courb a entrega de 3(três) praças:

- 1 (uma) praça em Granjeiro, na Região 1.

- 1 (uma) praça em São Gonçalo do Amarante, na Região 3.
- 1 (uma) praça em Reriutaba, na Região 11.

Encontram-se em execução as atividades/obras/serviços para estruturar mais 9 (nove) Espaços Públicos em 6 (seis) municípios do Estado (Pires Ferreira, Pacujá, Jaguaribe, Itapiúna, Fortaleza, Crato e Viçosa do Ceará).

Os fatores preponderantes para a inexecução desse período foram o período de defeso eleitoral que dificulta o processo de liberação de recursos; a situação de inadimplência e irregularidade cadastral e fiscal dos municípios junto ao Estado e União, o que impede a liberação dos recursos, portanto ocasiona o atraso no processo de execução das obras; a estrutura deficitária dos municípios, para promover a execução das obras; e a situação econômica do país e baixa da arrecadação tributária tem ocasionado problemas de ordem administrativa e financeira nos municípios.

8.7. Iniciativa 040.1.07 – Reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe – Produto 1360 – Espaço público estruturado (unidade)

O produto Espaço Público Estruturado refere-se a áreas de praças, quadras poliesportivas e outros, que incluem elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros, cujas estruturas foram reformadas, recuperadas, ampliadas, restauradas ou até mesmo equipadas, para uso da população.

A meta programada pela Secretaria das Cidades para 2016 incluía a estruturação de 6 (seis) Espaços Públicos, dos quais 4 (quatro) na Região do Cariri, com execução pela UGP I, e 2 (dois) na Região do Sertão de Sobral, com execução pela UGP II.

No período de janeiro a dezembro foram entregues 5(cinco) obras, sendo 2 (duas) na Região do Cariri e 3 (três) na Região do Sertão de Sobral.

As obras entregues na Região do Cariri foram:

- 1(uma) obra de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário (Crato) e
- 1(uma) obra de Urbanização da Via de Acesso - CE-060 (Caririaçu).

A obra do bairro Seminário compreende uma área de intervenção de 14,3 ha, onde estão sendo realizados serviços de esgotamento sanitário (16 km) e drenagem, construção de uma estação de tratamento de esgoto (ETE) e elevatória, contenção da encosta com *muros terrae* muros de peso, além da criação de uma via paisagística (1,2 km), serviços de drenagem, terraplenagem, iluminação, paisagismo, mobiliário urbano, sinalização e espaços de praças destinadas a práticas esportivas, de recreação, atividades culturais, lazer e contemplação da paisagem.

A obra de Caririaçu compreende a urbanização do acesso pela rodovia estadual CE-060 no bairro Paraíso. O projeto contempla obras de pavimentação, iluminação, sinalização e construção de belvedere.

As principais dificuldades enfrentadas no ano de 2016 foram a sensibilização por parte dos moradores do entorno da obra no município do Crato, para permitir a execução das ligações intradomiciliares dentro de suas residências, bem como da quadra invernososa, que prejudicou o trabalho, nesse período.

Na Região do Sertão de Sobral as obras finalizadas no município de Sobral foram:

- Readequação dos Passeios no Centro Histórico;
- Reestruturação da Pavimentação do Centro Histórico e
- Construção da Praça da Várzea.

A obra de Requalificação Urbana do Parque Lagoa do Pontal no Município de Quixeré encontra-se em finalização do processo licitatório, com previsão para ordem de serviço em 2017.

9. Programa Resíduos Sólidos (064)

O Programa Resíduos Sólidos tem como órgão Gestor a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). É composto por 6 (seis) iniciativas-produtos das quais 2 (duas) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da área de negócio Coordenadoria de Saneamento (Cosan):

Tabela – Iniciativas e Produtos do Programa Resíduos Sólidos (064) – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2016

Iniciativa	Produto	Executor Produto	Meta 2016		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
064.1.02 - Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios	360 - Município beneficiado (unidade)	SCIDADES/Cosan Sema	63	0	0,00
064.1.05 - Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos	1422 - Central de tratamento construída (unidade)	SCIDADES/Cosan	1	0	0,00

Fonte: PPA 2016-2019 - Lei nº 15.929 de 29 de dezembro 2015. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

9.1. Iniciativa 064.1.02 – Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios – Produto 360 – Município beneficiado (unidade)

O produto Município Beneficiado refere-se àqueles entes federados no Estado do Ceará que serão beneficiados diretamente com uma ou mais ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades, que contribuem para o estabelecimento da coleta seletiva e do fomento à reciclagem, inclusive com o apoio à organização de catadores de materiais recicláveis.

Em 2016 foram realizadas ações de planejamento e preparação de processos licitatórios. Foi lançado o Termo de Referência N° 001/2016-COSAN com o intuito de selecionar entidade privada sem fins lucrativos para executar parte das ações de apoio à organização de catadores, decorrente da alteração de convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Em dezembro, quando

da conclusão do certame, o resultado foi que nenhuma entidade conseguiu ser aprovada. Então, foi elaborado o Termo de Referência N° 002/2016-COSAN para abrir uma nova chamada pública, que deverá ser finalizada em março de 2017.

Foi concluído o processo de licitação para execução do Plano de Coleta Seletiva e apoio aos catadores de 8(oito) municípios do Sertão dos Inhamuns e do Sertão dos Crateús.

Uma vez que a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado ocorreu apenas em dezembro, não houve tempo hábil para início dos trabalhos, visto que dependia, majoritariamente, da articulação com os gestores municipais, impraticável pela troca de mandatos no final do ano. A Ordem de Serviço para início das atividades está prevista para janeiro de 2017.

9.2. Iniciativa 064.1.05 – Promoção de ações de destinação final adequada de resíduos sólidos– Produto 1422 – Central de tratamento construída (unidade)

O produto Central de Tratamento de Resíduos (CTR) construída refere-se à implantação de infraestrutura necessária para o tratamento e a destinação final adequada para os resíduos sólidos urbanos, que inclui a Central de Tratamento de Resíduos e Estações de Transbordo de Resíduos e a assessoria para que os consórcios públicos intermunicipais para aterro sanitário sejam fortalecidos objetivando estabelecer um sistema de gestão integrada de resíduos para as regiões.

Em 2016 foram realizadas ações de adequação e análise de projetos:

- Conclusão da revisão dos projetos de engenharia da CTR Regional Norte após considerações do DAE.
- Conclusão da revisão dos projetos de engenharia da CTR Regional Vale do Jaguaribe.
- Busca de consultoria para análise e elaboração de parecer técnico sobre o conjunto de projetos e licenciamento da CTR Regional Norte, resultando em parecer favorável enviado ao BID.
- Envio dos projetos para o BID (financiador do programa) dar a não objeção e autorizar a licitação.
- Acompanhamento do processo de emissão da Licença de Instalação pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), resultando na liberação da Licença de Instalação (LI) da CTR Regional Norte, em abril de 2016 (as licenças dos demais empreendimentos se encontram em diferentes fases na SEMACE).

- Acompanhamento do processo de emissão da Licença de Instalação pela SEMACE da LI da CTR Regional Vale do Jaguaribe (as licenças dos demais empreendimentos encontram-se em diferentes fases na SEMACE).
- Acompanhamento do processo de licenciamento do patrimônio arqueológico junto ao IPHAN, tendo sido contratada instituição para elaborar os estudos para a CTR Regional Norte e para a CTR Regional Vale do Jaguaribe.

Além disso, em dezembro de 2016 foi lançada a licitação para a construção da CTR Regional Norte, com previsão de abertura dos envelopes em 31 de janeiro de 2017.